

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 079/2024
Data: 16/08/2024**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NAVIOS NO PORTO DE SANTOS TERÃO FISCALIZAÇÃO REMOTA QUE PODE PROIBIR ATRACAÇÃO.....	4
APS REABRE PRAZO PARA RECURSOS AO CONCURSO PARA GUARDA PORTUÁRIA DO PORTO DE SANTOS.....	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
PORTO DE FORTALEZA SE TORNA POLO DE EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO PARA A ÁSIA.....	6
ENERGIA EÓLICA: BAHIA ATINGE MARCO DE 10 GW DE POTÊNCIA OUTORGADA.....	7
COM R\$ 2 BILHÕES A MAIS, FNE TRAÇA EIXO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA NE.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
RODOVIAS - R\$ 322 MILHÕES INVESTIDOS: LULA E RENAN FILHO DÃO PONTAPÉ INICIAL EM MELHORIAS DA ESTRADA BOIADEIRA, RODOVIA HISTÓRICA DO NOROESTE PARANAENSE.....	9
BAHIA RECEBEU AÇÃO COM FOCO EM SEGURANÇA NO TRÂNSITO NESTA QUINTA (15).....	10
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – AS HIDROVIAS COMO EIXO DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL.....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Pedido de ajuda 1</i>	12
<i>Pedido de ajuda 2</i>	12
<i>Pedido de ajuda 3</i>	13
<i>Investimento rodoviário</i>	13
<i>Acidente aéreo</i>	13
REGIÃO SUL - FÁBRICA DE FERTILIZANTES É REATIVADA COM INVESTIMENTO DE R\$ 870 MI.....	13
NACIONAL - MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS FATURA R\$ 151 BI EM 2023.....	14
REGIÃO SUDESTE - NOVA NORMA DO PORTO DE SANTOS REFORÇA COMBATE À BIO-INVASÃO POR ÁGUAS DE LASTRO.....	15
REGIÃO SUDESTE - NAVIO BATE EM CAIS DE TERMINAL EM SANTOS DURANTE MANOBRA.....	16
MERCOSUL EXPORT - AUTORIDADES DO URUGUAI ELOGIAM PRIORIDADES DO BRASIL PARA RELAÇÃO ENTRE OS PAÍSES.....	17
MERCOSUL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA INTEGRAÇÃO BILATERAL PARA AVANÇAR COM PROJETOS.....	18
MERCOSUL EXPORT - COMITIVA VISITA ENTIDADES E TERMINAL PORTUÁRIO EM MONTEVIDÉU.....	19
INTERNACIONAL - PROGRAMAÇÃO MERCOSUL EXPORT 2024.....	20
MERCOSUL EXPORT - GOVERNO VAI PRIORIZAR HIDROVIAS PARA MELHORAR RELAÇÃO NO MERCOSUL.....	21
MERCOSUL EXPORT - DIRETOR DA ANTAQ DIZ QUE HIDROVIAS DO SUL DEVEM TER FRETE DE US\$ 1 POR TONELADA.....	22
MERCOSUL EXPORT - ESPECIALISTAS DEBATEM BUROCRACIA E INFRAESTRUTURA NA LOGÍSTICA DE CARGA NO MERCOSUL.....	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	25
PORTO DE SANTOS IMPEDIRÁ ATRACAÇÃO DE NAVIOS QUE NÃO CUMPRIREM NORMA DE CONTROLE DE ÁGUA DE LASTRO.....	25
PORTO DO RECIFE FECHA PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024 COM CRESCIMENTO DE 40,8%.....	26
CELULOSE É UM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PORTO DO RIO GRANDE.....	27
MOVIMENTO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE IMBITUBA CRESCE 12% NO ACUMULADO DO ANO.....	27
CHINA É O PRINCIPAL DESTINO DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	28
ANÁLISE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO É ADIADA PARA TERÇA.....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	31
COMISSÃO DO SENADO PAUTA COMBUSTÍVEL DO FUTURO.....	31
EXCLUSÃO DO COPROCESSADO AFETA VIDA ÚTIL DA REFINARIAS, DIZ IBP.....	32
JORNAL O GLOBO – RJ	33
PRÉVIA DO PIB CRESCE 1,4% EM JUNHO E FICA ACIMA DAS EXPECTATIVAS.....	33
IBC-BR VEM O DOBRO DO ESPERADO E MONITOR INDICA BOA NOTÍCIA NO FUTURO.....	34
LULA DIZ QUE ESTUDA ISENTAR DO IMPOSTO DE RENDA O PLR DESTINADO A EMPREGADOS.....	35
LULA DIZ QUE VAI 'TROCAR O BC' E QUE TEM EXPECTATIVAS DE QUE A TAXA DE JUROS VÁ CAIR.....	36
DIVIDENDOS DE ESTATAIS COMO BNDES E PETROBRAS DÃO AJUDA EXTRA AO GOVERNO PARA EQUILIBRAR CONTAS.....	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
LIRA DEFLAGRA RETALIAÇÃO E TIRA DA GAVETA PEC QUE PERMITE AO CONGRESSO SUSTAR DECISÕES DO STF.....	39
UM ANO DE PAC: SÓ METADE DAS OBRAS PASSOU DA FASE PRELIMINAR ATÉ O ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA.....	41
FALTA DE REGULAÇÃO E DE ESTÍMULOS BARRA AVANÇO DA INDÚSTRIA VERDE NO BRASIL.....	44
CAMPOS NETO: SE AUMENTAR JUROS FOR NECESSÁRIO PARA LEVAR INFLAÇÃO AO CENTRO DA META, FAREMOS ISSO.....	45
LULA DIZ QUE EDUARDO LEITE DEVIA SER AGRADECIDO POR AJUDA AO RS E GOVERNADOR REBATE COBRANÇA.....	48



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 079/2024
Página 3 de 61
Data: 16/08/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP)	51
SIGMA LITHIUM ELEVA RECEITA NO 2º TRIMESTRE, MAS PREJUÍZO AUMENTA COM AJUSTES CAMBIAIS	51
AQUECIMENTO GLOBAL AFETA PRODUÇÃO DE MINÉRIO NA AUSTRÁLIA	52
GOVERNO PREPARA PROJETO DE LEI ANTIMÁFIA, DIZ SECRETÁRIO.....	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS	58
GRUPO CHIBATÃO APOSTA EM PÍER FLUTUANTE PARA PERÍODO DE SECA NO AM	58
SAAB BRASIL DESTACARÁ ROBÓTICA ELÉTRICA SUBAQUÁTICA NA NAVALSHORE.....	59
SENADOR APRESENTA PROPOSTA DE EMENDA PARA PRESERVAR REB NA REFORMA TRIBUTÁRIA.....	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NAVIOS NO PORTO DE SANTOS TERÃO FISCALIZAÇÃO REMOTA QUE PODE PROIBIR ATRACAÇÃO

Sistema vai monitorar descarte irregular de água de lastro no cais santista

Por ATribuna.com.br



Norma é para evitar que materiais tóxicos e espécies marinhas exóticas de outros continentes sejam despejadas na região (Alexsander Ferraz/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) usará um sistema remoto de fiscalização que permite constatar se os navios que chegam ao cais santista descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou se adotam o sistema de filtragem. As embarcações também deverão apresentar um atestado de conformidade com as regras internacionais de destinação das águas de lastro, caso contrário serão proibidos de atracar no

Porto de Santos, garante a APS. A medida vale a partir da próxima quarta-feira.

A Autoridade Portuária estabeleceu essa norma para evitar que materiais tóxicos e espécies marinhas exóticas de outros continentes sejam despejadas na região (bioinvasão), causando impactos ambientais.

A APS afirma que já comunicou o Sindicato das Agências de Navegação Marítima (Sindamar) sobre o cumprimento da norma e que muitos armadores já estão apresentando os atestados.

Sistema

O sistema remoto de fiscalização utiliza inteligência artificial, GPS, entre outras tecnologias, que permitem constatar se os navios descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou se passaram a adotar o sistema de filtragem. Os procedimentos são determinados pela Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês) e em atenção à Norma da Autoridade Marítima (Normam) 401/DPC, da Marinha do Brasil.

A empresa credenciada pela APS, Balance Water Central (BWC), fará a conformidade das normas, baseada em informações que o navio oferece, como as coordenadas geográficas, entre outras. O sistema foi previamente testado pela APS, informou o diretor da empresa, Paulo Andrade.

Antes dessa tecnologia, a fiscalização dos navios era feita por amostragem, com base nas informações dadas pelos comandantes das embarcações. Agora, todos os navios serão rastreados para garantir um controle mais eficiente, informou a Diretoria de Operações da APS, que conta com a atuação dos profissionais da Superintendência de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (Sumas) nesse trabalho.

O que é

A água de lastro é coletada em portos e estuários de todo o mundo e armazenada de forma inversamente proporcional à quantidade de carga, para dar estabilidade ao navio. Quanto menos carga, mais água de lastro. Ela é essencial para a segurança da navegação, principalmente quando os navios estão sem ou com pouca carga. Para que possam manter suas hélices propulsoras

submersas, é utilizado um peso líquido em tanques localizados nos porões. Após suficientemente carregado, o navio a descarta.

“Esta triangulação de dados públicos disponibilizados em tempo real pelos navios, que deixam os chamados rastros eletrônicos, permitirá sabermos, antes de o navio chegar ao Porto de Santos, se foram cumpridos os dois tipos de soluções aprovadas internacionalmente”, informou o presidente da APS, Anderson Pomini.

Os navios, pela legislação, têm duas opções aprovadas: a D1, que determina o descarte em águas oceânicas, ou a D2, que estabelece o tratamento da água de lastro dentro do navio antes do descarte.

“Assim, damos um importante passo prático na defesa do meio ambiente e da saúde da população mundial”, lembrou Pomini, que vinha cobrando este compromisso, assumido pela agenda ambiental da companhia em 2014.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/08/2024

APS REABRE PRAZO PARA RECURSOS AO CONCURSO PARA GUARDA PORTUÁRIA DO PORTO DE SANTOS

Informações do edital foram atualizadas e republicadas no Diário Oficial da União

Por A Tribuna.com.br



(Vanessa Rodrigues/AT)

Autoridade Portuária de Santos (APS) republicou nesta quinta-feira (15) o edital de divulgação da análise de recurso e da nota da prova objetiva do Concurso 01/2024 (Guarda Portuária). As informações foram atualizadas e, por isso, foi aberto novo prazo de dois dias para interposição de recursos.

O edital anterior, publicado em 30 de julho, foi tornado sem efeito. Agora, foram incluídos os candidatos negros e portadores de deficiência classificados na lista geral, dentre outras atualizações. Com a nova classificação, a relação de convocados para o teste de aptidão física também foi alterada.

Como o edital anterior foi tornado sem efeito, os recursos interpostos contra ele também deixam de valer. Por isso, os candidatos que desejarem entrar com recurso terão até segunda-feira (19) para interpor, exclusivamente pelo site da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp).

As informações aos candidatos estão disponíveis no site da APS e no da Vunesp, incluindo os espelhos das folhas de respostas da prova objetiva e as listas de candidatos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 16/08/2024

PORTO DE FORTALEZA SE TORNA POLO DE EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO PARA A ÁSIA

A rota operacionalizada visa distribuir mais igualmente os envios internacionais. Atualmente, o Porto de Santos concentra 95% dos embarques de algodão brasileiro

Por Assíria Florêncio - assiria.florencio@movimentoeconomico.com.br



Cargill e CMA CGM foram as responsáveis pelo envio dos quatro contêineres para o país asiático. Foto: Docas do Ceará

Mais de 100 toneladas de algodão foram exportadas, na quarta-feira (14), do Porto de Fortaleza, no Ceará, para a cidade de Ho Chi Minh, no Vietnã. O embarque foi feito pela Cargill, empresa líder no fornecimento de alimentos, ingredientes e soluções agrícolas, e pela CMA CGM, líder mundial em logística e transporte. Juntas, elas possibilitaram o envio de quatro contêineres com para o

país asiático.

Com isso, o Porto de Fortaleza se credencia como um canal estratégico para exportações, mesmo para commodities cultivadas a mais de 800 quilômetros de distância. O algodão foi cultivado no Oeste da Bahia e possui certificação BCI, que analisa impactos ambientais desde o plantio até o uso final.

A rota operacionalizada pela CMA CGM visa distribuir melhor os envios internacionais, já que, atualmente, o Porto de Santos, em São Paulo, concentra 95% dos embarques de algodão brasileiro.

Para Daniela Duarte, líder de Transportes Internacionais e Cabotagem da Cargill na América Latina, a operação é um exemplo da importância da estratégia aplicada ao transporte.

“Esse trabalho mostra a importância da logística estratégica para que o mundo consiga receber as commodities brasileiras no menor tempo possível. Esse foi apenas o primeiro embarque deste volume em Fortaleza, temos a perspectiva de novos envios em breve”, explica.

Já Neusa Marcelino, diretora geral da CMA CGM Brasil, destaca que o compromisso da empresa em oferecer alternativas logísticas eficientes e que a expansão das operações no Brasil fortalece o comércio internacional.

“Este novo fluxo de exportação a partir do Porto de Fortaleza mostra nosso compromisso em oferecer alternativas logísticas que atendam às necessidades específicas de nossos clientes, proporcionando maior agilidade e eficiência no transporte de commodities brasileiras para o mercado internacional. Estamos comprometidos em continuar expandindo nossas operações no país, fortalecendo nossa presença e contribuindo para o crescimento do comércio”.

Brasil: maior exportador de algodão do mundo

Neste ano, o Brasil se tornou o maior exportador de algodão do mundo, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), superando os Estados Unidos.

O marco, alcançado pela primeira vez, era previsto apenas para 2030, mas foi atingido antes mesmo do término da safra de 2023/2024, que foi de julho de 2023 a junho deste ano.

Apesar do feito, contudo, a Abrapa indica que o Brasil pode não manter a liderança no próximo ciclo de 2024/25, mas a expectativa é de ambos continuem a competir de perto, ou alternando ou permanecendo empatados no topo do ranking de exportadores de algodão no futuro.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 16/08/2024

ENERGIA EÓLICA: BAHIA ATINGE MARCO DE 10 GW DE POTÊNCIA OUTORGADA

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Bahia foi o estado com maior expansão nem julho, com 20 novas usinas em operação e uma ampliação na oferta de 594,60 MW

Da Redação ME- redacao@movimentoeconomico.com.br

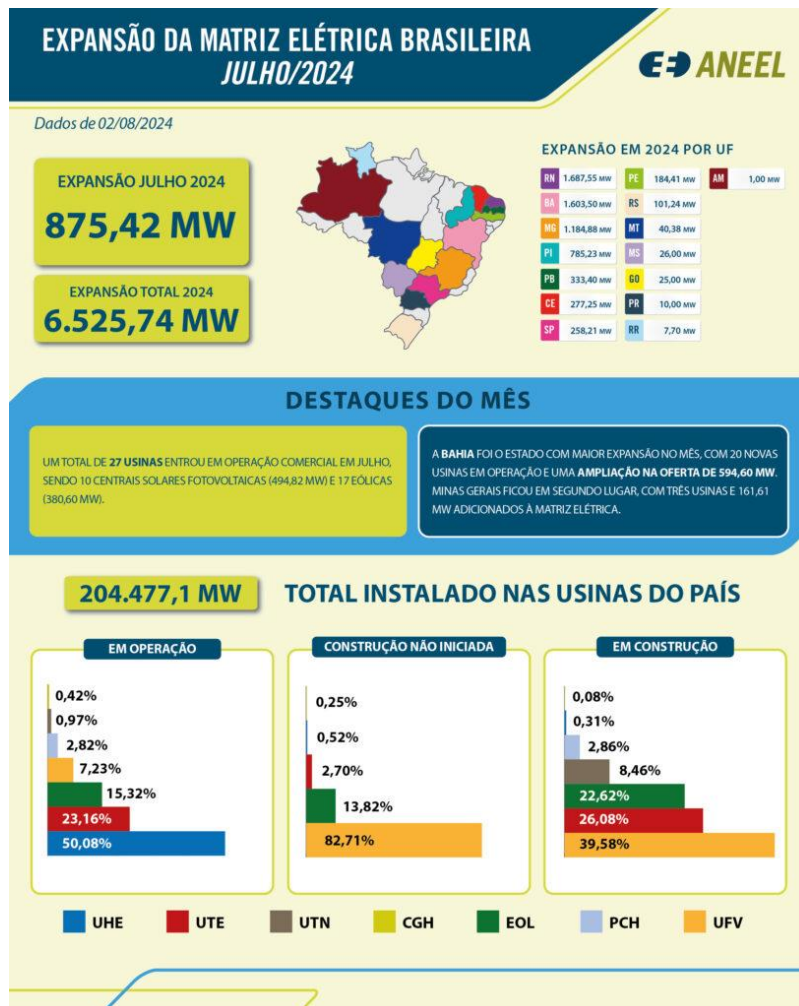


Foto: Ari Versiani/Divulgação

Com 342 usinas em operação, a Bahia atingiu o marco de 10 gigawatts (GW) de potência outorgada apenas em energia eólica, consolidando a sua posição como líder nacional na geração de energia de fontes renováveis. Se somar as 78 usinas solares que já estão em atividade no estado, são mais 2,4 GW de potência outorgada. Os números são da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As usinas eólicas em operação representam um

investimento estimado em R\$ 50 bilhões.

Com mais 40 usinas eólicas em construção e potência outorgada de 1,7 GW, a Bahia vem se tornando a maior fornecedora de energia individual do sistema elétrico nacional. Apenas no mês de julho, 20 novas usinas de energia renovável passaram a operar no estado, aumentando a matriz elétrica brasileira em 594,60 megawatts (MW). A expansão nacional obtida no ano chegou aos 6.525,74 megawatts (MW), com a entrada em operação de 183 usinas.



“Os bons ventos impulsionam o desenvolvimento econômico. Nos primeiros seis meses deste ano, a Bahia foi responsável pela maior geração total de energia elétrica do país, correspondendo a aproximadamente 35% da geração nacional. Outra boa notícia é que o estado se destacou de forma notável na expansão da matriz brasileira no mês de julho. Contribuímos com 594,60 MW de um total de 875,42 MW adicionados, o equivalente a cerca de 68% do aumento total. Das 27 usinas que entraram em operação no país, 20 eólicas e solares foram baianas”, afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE) d Bahia, Angelo Almeida.

Aneel enewrgia elétrica eólica solar matriz energética julho 2024 Bahia BA
 Arte: Aneel

Nos primeiros seis meses deste ano, a Bahia foi responsável pela maior geração total de energia elétrica do país, correspondendo a aproximadamente 35% da geração nacional. Em 2023, segundo dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

(CCEE) as usinas baianas instaladas em 32 municípios geraram 29 mil GW, o suficiente para manter 223 milhões de residências com eletricidade.

Energia da Bahia

A Bahia tem a produção de energia renovável como sua principal fonte elétrica, sendo 98,3% de toda a energia. Com os R\$ 50 bilhões de investimento, o estado é o que mais produz energia eólica em todo o país, inclusive exportando sua energia para outros estados.

Angelo Almeida destaca que, além das vantagens naturais de ventos unidirecionais e constantes, os incentivos fiscais para a construção de parques de energia renovável são peça chave para o sucesso do estado nesse segmento.

Segundo o secretário, os parques de energia geram também um desenvolvimento social e econômico para as regiões interioranas, levando investimentos e serviços para essas áreas. É estimado que os parques tenham gerado aproximadamente 100 mil empregos direta ou indiretamente.

A energia solar também é muito forte no território baiano. O estado abriga o primeiro Laboratório de Certificação de Placas Fotovoltaicas (Labsolar) instalado nas regiões Norte e Nordeste. No ranking nacional a Bahia está em segundo lugar, atrás apenas de Minas Gerais, as usinas baianas produzem 492 MWm, atrás dos 786 MWm das usinas mineiras.

** Com informações da Aneel e do Governo da Bahia*

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/08/2024

COM R\$ 2 BILHÕES A MAIS, FNE TRAÇA EIXO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA NE

As alterações feitas nas prioridades do FNE traçam um desenvolvimento estratégico para a região dentro de políticas que já foram aprovadas pelo governo federal

Por **Ângela Fernanda Belfort** - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Reunião do Condel definiu novas prioridades para aplicação dos recursos do FNE que aumentaram em R\$ 2 bilhões para 2025.
Foto: Sudene/Divulgação.

A 34ª Reunião do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene aprovou, nesta quinta-feira (15), as diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para 2025. Com isso, a aplicação dos recursos esteja dentro das diretrizes do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) em convergência com outras políticas nacionais como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Transição Ecológica. Os recursos do FNE são um grande indutor do desenvolvimento da região. Também foram aprovados mais R\$ 2 bilhões que serão incorporados ao Fundo, que saiu de R\$ 37 bilhões para R\$ 39,8 bilhões para o próximo ano.

Os recursos do FNE são destinados ao financiamento do setor produtivo. Na mesma reunião, foi aprovado que serão destinados 30% da cota anual do FNE referente à infraestrutura para apoiar projetos definidos como prioritários pelos Estados e municípios da área de abrangência da Sudene, permitindo repasse de verbas para Parcerias Público Privadas (PPPs) e concessões.

“As novas diretrizes representam grandes avanços. A integração destas políticas vai desenhando uma estratégia de desenvolvimento para a região”, resume o superintendente da Sudene, Danilo Cabral. Segundo ele, os empreendimentos que se enquadrarem nas políticas citadas acima terão melhores taxas de juros nos financiamentos a serem liberados pelo FNE. E acrescenta: “Por

exemplo, todas as empresas que se instalarem dentro da NIB terão a menor taxa”, cita Danilo. A NIB é uma política que pretende impulsionar a indústria do País até 2033, revertendo o processo de desindustrialização precoce do País.

Comitê das Instituições Financeiras (Coriff) vai analisar projetos do FNE

Outra mudança aprovada na reunião envolve os projetos acima de R\$ 30 milhões serão analisadas não só pelo Banco do Nordeste (BNB) – como já ocorria – mas também pela Sudene e o Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (Coriff), que inclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB), além do BNB. O Coriff estava desativado desde 2014.

Além de ser reativado, o Comitê teve alteração em sua composição, passando a ter a participação de membros dos Bancos de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e do Estado de Sergipe (Banese), além do Consórcio dos Governadores do Nordeste e da Financiadora de Projetos (Finep). No Coriff, o Consórcio Nordeste vai representar também as agências de fomento de cada Estado.

Presidida pelo secretário executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Valder Ribeiro, a reunião contou com a participação da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), que citou pautas consideradas prioritárias para a região, como a busca de soluções para a dívida dos Estados e os projetos de energia sustentável. Também estiveram presentes: a vice-governadora de Pernambuco, Priscilia Krause; vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões de Almeida; vice-governador de Sergipe, José Macedo Sobral; vice-governador do Piauí, Themístocles Filho; Rafael Dubeux (do Ministério da Fazenda); José Ademir Freire (BNB), além de representantes das classes empresarial e dos trabalhadores.

**Com informações da Sudene*
Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 16/08/2024

RODOVIAS - R\$ 322 MILHÕES INVESTIDOS: LULA E RENAN FILHO DÃO PONTAPÉ INICIAL EM MELHORIAS DA ESTRADA BOIADEIRA, RODOVIA HISTÓRICA DO NOROESTE PARANAENSE

Projeto na BR-487/PR inclui cinco viadutos, cinco ligações com rodovias estaduais, terceira faixa e duas pontes ao longo de 37 km entre a Serra dos Dourados (Umuarama) e Cruzeiro do Oeste



Renan Filho e Lula assinam ordem de serviço de R\$322 milhões para Estrada Boiadeira, no Paraná - FOTO: Ricardo Stuckert/PR

Conhecida como Estrada Boiadeira graças aos tropeiros que abriram a rota no início do século XX, a BR-487/PR vai ganhar infraestrutura compatível com a importância atual. Este é o objetivo da ordem de serviço firmada nesta quinta-feira (15) pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e pelo presidente Lula. A assinatura autoriza o início das obras de pavimentação do lote 2A, o último que falta para completar a Boiadeira entre a

Serra dos Dourados (Umuarama) e Cruzeiro do Oeste, no Paraná. A ordem de serviço tem investimento total de R\$322 milhões de reais.

O anúncio ocorreu durante visita à fábrica da Renault do Brasil, em São José dos Pinhais (PR), a cerca de 30 quilômetros de Curitiba. Renan Filho pontuou a importância do investimento contínuo no



estado. “Existe uma grande sinergia entre rodovias e indústria. Investimos mais de um bilhão na infraestrutura do Paraná desde o início do governo Lula, além da concessão de dois lotes rodoviários, trazendo investimentos privados também. Essa ordem de serviço representa o trabalho, vai ficar cem por cento pavimentada e fortalece a rota que traz a produção do Mato Grosso do Sul e parte do Paraguai para o Porto de Paranaguá”.

O presidente Lula discursou logo após o ministro. “É isso que queremos com investimento, trazer impactos que deem resultados sociais. Emprego e renda para a população”, completou.

O projeto prevê, além da pavimentação, terceiras faixas, cinco interseções com rodovias estaduais e estradas vicinais, cinco viadutos e passagens inferiores. E ainda inclui duas pontes, uma sobre o Ribeirão Piava e outra sobre o Ribeirão Curimbatá.

Confira os serviços que serão realizados na BR-487:

- Implantação e pavimentação de 37,39 km de pista simples, com faixas de tráfego de 3,6 metros em ambos os sentidos;
- Implantação de acostamentos de 2,5 metros;
- Implantação de 16,96 km de terceiras faixas em rampas críticas;
- Implantação de cinco interseções com rodovias estaduais e estradas vicinais;
- Implantação de cinco viadutos e passagens inferiores;
- Implantação de duas pontes sobre o Ribeirão Piava e o Ribeirão Curimbatá.

História e Atualidade

A Estrada Boiadeira, como é mais conhecida a BR-487/PR, era usada por tropeiros que traziam gado comprado no Mato Grosso do Sul para criação e engorda no Paraná. O início da rodovia fica no estado sul-matogrossense e atravessa o Paraná até chegar à BR-373/PR, próximo a Ponta Grossa. Esse corredor é capaz de unir os estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao Paraná, com polos de serviço e agroindústrias até o Porto de Paranaguá.

O ministro Renan Filho ainda citou os outros trabalhos relevantes no Paraná, entre concluídos, em curso e a serem iniciados em breve. “Já fizemos melhorias na BR-163/PR, de Toledo até Marechal Rondon, concluímos um contorno viário em Cascavel, estamos terminando a segunda ponte em Foz do Iguaçu, as obras da BR-469/PR. Faremos ainda mais. Em breve, a pavimentação da BR-153/PR de Alto do Amparo até Ibituva, porque essa é uma das mais importantes do estado”, enumerou.

A implantação de pavimentação na BR-487/PR reduzirá em 80 km o deslocamento entre as cidades de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, e Paranaguá, no Paraná. E dentro do estado paranaense, vai encurtar em 30 km o deslocamento entre os municípios de Icaraíma e Cruzeiro do Oeste. Além disso, o traçado da rodovia apresenta condições para manter baixos os custos operacionais dos caminhões, barateando os custos de transporte.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/08/2024

BAHIA RECEBEU AÇÃO COM FOCO EM SEGURANÇA NO TRÂNSITO NESTA QUINTA (15)

Foram realizadas abordagens em veículos e testes de alcoolemia durante trabalho coordenado pela Secretaria Nacional de Trânsito



A ação visa permitir que os estados se unam para que as ações ocorram de forma planejada e contínua.

Fiscalização e educação andam juntas quando o objetivo é reduzir mortes no trânsito. E hoje os baianos viveram esse lema na prática. A cidade de Amélia Rodrigues (BA) recebeu uma importante ação do Plano Nacional de Redução de Lesões e Mortes no Trânsito (Pnatrans).

Coordenado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), o Plano busca diminuir, até 2030, em 50% o índice nacional de mortes no trânsito por grupo de habitantes, tendo como referência dados do ano de 2020.

“O Pnatrans traz responsabilidades para todas as esferas do governo. Essa integração visa permitir que os estados se unam para que as ações ocorram de forma planejada, sistemática e contínua, atuando para reduzir acidentes e mortes no trânsito”, explica a diretora do Departamento de Segurança no Trânsito, Maria Alice Souza.

Entre os principais tópicos abordados pela iniciativa estão:

- Excesso de velocidade
- Importância do uso de cinto de segurança
- Uso de capacete adequado
- Ultrapassagens proibidas
- Uso de álcool
- Uso de celular pelos condutores
- Falta de cuidado com os mais vulneráveis no trânsito (pedestres, ciclistas e motociclistas)

Rodando o Brasil

A Bahia é o terceiro estado a receber esse tipo de ação da Pnatrans, que contou com a participação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA).

Ao todo, 17 órgãos públicos e empresas privadas participaram, entre eles as guardas municipais de Amélia Rodrigues e Salvador, bombeiros, a concessionária Via Bahia, além dos Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat).

“Já realizamos esse trabalho na região Sul, com a participação das polícias, Detrans e agentes de trânsito, assim como em São Paulo, e agora estamos no Nordeste, com os mais diversos representantes das instituições de trânsito”, disse Maria Alice Souza.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 16/08/2024

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – AS HIDROVIAS COMO EIXO DA INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A priorização do programa de concessões de hidrovias pelo Governo Federal, com destaque para os projetos que conectam o Brasil aos demais países do Mercosul – como destacado por autoridades federais nessa quinta-feira, dia 15, na abertura do Mercosul Export, fórum realizado pelo Grupo Brasil Export em Montevideo, capital do Uruguai – representa um passo fundamental para o fortalecimento da integração regional e para o desenvolvimento econômico da América do Sul.



As hidrovias, por sua natureza, são modais de transporte com baixo custo operacional e alto potencial de carga, sendo ideais para o escoamento de grandes volumes de commodities, como grãos e minérios, que são produzidos em abundância nos países da região. Ao investir na modernização e na expansão de suas hidrovias, o Brasil e seus vizinhos poderão reduzir os custos logísticos, aumentar a competitividade de seus produtos nos mercados internacionais e estimular o desenvolvimento de novas cadeias produtivas.

A integração das hidrovias brasileiras com as redes hidroviárias dos demais países do Mercosul permitirá a criação de corredores de transporte mais eficientes, conectando as regiões produtoras às principais rotas marítimas. Isso contribuirá para o desenvolvimento de uma logística mais integrada e sustentável, reduzindo a dependência do transporte rodoviário e ferroviário, que são mais caros e causam maior impacto ambiental.

É importante destacar que a concessão das hidrovias à iniciativa privada é uma estratégia fundamental para garantir a eficiência e a sustentabilidade desses projetos. Ao transferir a responsabilidade pela operação e manutenção das hidrovias para empresas privadas, o Governo pode se concentrar em suas funções regulatórias, garantindo a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente.

No entanto, para que o programa de concessões de hidrovias seja um sucesso, é fundamental que seja conduzido de forma transparente e segura. É preciso garantir que os processos licitatórios sejam realizados de forma justa e competitiva, que os contratos sejam claros e que os investimentos sejam realizados de acordo com os prazos e os orçamentos previstos. Além disso, é essencial que sejam estabelecidos mecanismos de controle e fiscalização para garantir que as empresas concessionárias cumpram as suas obrigações contratuais.

Nesse cenário, a priorização das hidrovias no programa de concessões do governo brasileiro representa uma oportunidade única para fortalecer a integração regional e o desenvolvimento econômico da América do Sul. Ao investir na modernização e na expansão de suas hidrovias, o Brasil e seus vizinhos poderão construir um futuro mais próspero e sustentável. No entanto, é fundamental que o Governo e a sociedade civil acompanhem de perto a implementação desse programa, garantindo que os benefícios da integração sejam compartilhados por todos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PEDIDO DE AJUDA 1

A suspensão da dragagem do canal de navegação do complexo portuário de Itajaí (SC) levou a Federação das Indústrias de Santa Catarina, a Fiesc, a pedir ajuda a autoridades federais e estaduais, solicitando “uma solução urgente e definitiva” para a retomada do serviço. A atividade, realizada pela empresa holandesa Van Oord, foi suspensa nesta semana pela própria companhia, que promete só recomençar essas obras com o pagamento dos R\$ 35 milhões devidos por trabalhos já feitos.

PEDIDO DE AJUDA 2

O caso foi destacado pela Fiesc em ofício encaminhado à Presidência da República, ao Ministério de Portos e Aeroportos, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, aos parlamentares catarinenses, ao Governo do Estado e à autoridade portuária (administrada pela Prefeitura de Itajaí). Segundo o presidente da Federação, Mario Cezar de Aguiar, “a falta de pagamento que levou à suspensão da dragagem de manutenção traz perplexidade, já que é condição básica e obrigatória para a gestão do complexo portuário”.

PEDIDO DE AJUDA 3

Para a Fiesc, esse cenário mostra uma “gestão inadequada” das operações de dragagem. “Parlamentares de SC e o Governo Federal firmaram um compromisso implícito com a sociedade catarinense quando rejeitaram o modelo de concessão anterior (que previa a concessão da gestão do porto), que previa investimentos de R\$ 2,8 bilhões. Agora, resta a eles comprovarem que a rejeição foi a melhor opção e que trará benefícios”, afirmou.

INVESTIMENTO RODOVIÁRIO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), do Governo do Estado, promoveu nessa quinta-feira, dia 15, audiência pública do novo Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias do Estado do Paraná (ProMAC). Será contratada a conservação do pavimento em uma extensão aproximada de 10 mil quilômetros de rodovias estaduais. O investimento previsto é de cerca de R\$ 5,5 bilhões, com execução programada para os próximos três anos.

ACIDENTE AÉREO

Um avião bimotor de pequeno porte caiu nessa quinta-feira, dia 15, em Apiacás (MT) a cerca de mil quilômetros de Cuiabá. As cinco pessoas que estavam a bordo da aeronave, incluindo o piloto, morreram no acidente. O King Air, modelo C90GTi, está registrado em nome do empresário Arni Alberto Spiering, uma das vítimas e dono de empresas do setor de transportes e de sementes. A Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat) lamentou a morte de Spiering.

Fonte: BÉ NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

REGIÃO SUL - FÁBRICA DE FERTILIZANTES É REATIVADA COM INVESTIMENTO DE R\$ 870 MI

Presidente Lula participou da cerimônia de reabertura da unidade na cidade de Araucária

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) havia sido fechada em 2020, e seus trabalhadores foram dispensados. Em julho deste ano, 215 ex-funcionários reiniciaram suas atividades. Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou na quinta-feira (15) da retomada das atividades da fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), empresa subsidiária da Petrobras, que receberá R\$ 870 milhões em investimento para a reabertura. A unidade foi fechada em 2020, e seus trabalhadores foram dispensados.

No início de julho, 215 ex-funcionários da fábrica reiniciaram suas atividades, e a expectativa é que, durante o período de preparação para o retorno operacional, sejam gerados mais de 2 mil empregos. Após o retorno da produção, previsto para o segundo semestre de 2025, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos.

Na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada ao lado da Ansa no município de Araucária (PR), a Petrobras planeja investir R\$ 3,2 bilhões até 2028, com a previsão de gerar 27 mil empregos diretos e indiretos. A unidade é responsável por aproximadamente 15% do mercado nacional de derivados de petróleo, atendendo principalmente aos estados do Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

“A gente não está recuperando uma fábrica de fertilizante, a gente não está apenas fazendo um investimento de quase R\$ 4 bilhões, a gente está cuidando de recuperar a autoestima desse país, o orgulho do povo brasileiro e o orgulho de a gente ser brasileiro, porque o trabalhador, o que vale para nós, é ter um emprego garantido, ter um salário justo e cuidar da nossa família com respeito”, disse Lula, lamentando a paralisação de investimentos em unidades da Petrobras nos últimos governos.

Mais cedo, em entrevista à Rádio T, do Paraná, Lula destacou a importância da fabricação de fertilizantes no Brasil para reduzir a dependência da importação desses insumos. “Uma fábrica de fertilizante num país que tem um potencial agrícola gigantesco e no estado como o Paraná, que tem uma produção agrícola muito forte, você parar de fazer fábrica de fertilizante para produzir nitrogenados, para produzir ureia, é uma coisa uma coisa impensável”, disse Lula.

“É irresponsabilidade a gente não ter em conta que o Brasil não pode importar 90% dos insumos que nós precisamos, para fazer com que a nossa agricultura seja o potencial que é hoje, então nós estamos recuperando isso”, acrescentou o presidente na entrevista.

Os fertilizantes nitrogenados, como a ureia, são amplamente utilizados pelo setor agrícola no Brasil, sendo essenciais para o fornecimento de nutrientes para as plantações. A base de produção da ureia é a amônia, que é obtida pela combinação entre hidrogênio e nitrogênio. O hidrogênio é proveniente do gás natural.

O Brasil consome 8% da produção mundial de fertilizantes, estimada em 55 milhões de toneladas, mas importa 85% do insumo utilizado pelo agronegócio. A Ansa tem capacidade de produção de 720 mil toneladas de ureia por ano, o que representa 8% do mercado local.

De acordo com a Petrobras, o Plano Estratégico 2024-2028 da empresa prevê um total de R\$ 60 bilhões em investimentos na expansão do parque de refino de petróleo no Brasil e cerca de R\$ 6 bilhões em fábricas de fertilizantes.

Lava Jato

Durante seu discurso, Lula se emocionou ao falar do orgulho que sente ao vestir a camisa da Petrobras, que usava no evento. A companhia foi o principal alvo da Operação Lava Jato, que tinha como objetivo combater a corrupção no setor de petróleo e gás no Brasil durante os governos do PT. No entanto, a operação teve um impacto negativo na economia brasileira e deixou o desafio da reconstrução dos setores.

“Muitas vezes, eu ficava deprimido e chorava quando eu ficava sabendo de notícia de companheiros trabalhadores da Petrobras que entravam em restaurante para comer ou entrava em bar e, muitas vezes, era chamado de ladrão, porque eles conseguiram criar no imaginário daqueles que não gostam de nós a ideia de que todo mundo na Petrobras era ladrão, inclusive aqueles que eram responsáveis pela grandiosidade da Petrobras, que são os seus trabalhadores”, disse Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

NACIONAL - MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS FATURA R\$ 151 BI EM 2023

Secretário nacional de Portos atualizou cronograma referente à primeira concessão de acesso aquaviário a um complexo do país

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



De acordo com os dados da 9ª Pesquisa Nacional da Distribuição da Andav, a área de insumos respondeu por R\$ 94,8 bilhões e a comercialização de grãos, por R\$ 33,3 bilhões

O mercado de distribuição de insumos agropecuários alcançou um faturamento de R\$ 151 bilhões em 2023, com a área de insumos respondendo por R\$94,8 bilhões e a comercialização de grãos, por R\$ 33,3

bilhões. Os dados são da 9ª Pesquisa Nacional da Distribuição, uma iniciativa da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) e organização da Markestrat, e referem-se às mais de 3,4 mil distribuidoras associadas à entidade.

Na área de insumos, os estados com maior participação foram Mato Grosso (26,7%), Paraná (15,3%) e Minas Gerais (12,5%). Em termos de cultura, a liderança fica com a soja, seguida por milho.

O mercado de distribuição segue crescendo em infraestrutura, com uma alta de 7,8% ante o número de lojas em janeiro de 2023. A pesquisa aponta, ainda, que os distribuidores pretendem abrir nos próximos três anos 419 novas unidades

O setor conta com 48,5 mil colaboradores diretos, o que representa um crescimento de 4,6% ante o ano anterior. Em se tratando dos aspectos ESG, a Pesquisa Andav revelou que 82% dos distribuidores possuem planejamento e 42% realizam iniciativas sociais. Em prática sustentável, a principal ação é a gestão eficiente de resíduos, seguida pela aplicação de energia renovável.

A pesquisa foi apresentada pelo presidente executivo da Andav, Paulo Tiburcio, que destacou a sua importância para o desenvolvimento de estratégias e planejamento dos associados, por avaliar temas fundamentais e apresentar o cenário nacional e regional do mercado de distribuição de insumos. “Nos últimos quatro anos, o número de associados foi de 1.708 a 3.472”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

REGIÃO SUDESTE - NOVA NORMA DO PORTO DE SANTOS REFORÇA COMBATE À BIO-INVASÃO POR ÁGUAS DE LASTRO

Autoridade Portuária vai impedir a atracação de navios que não cumprirem norma de controle dessas águas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Autoridade Portuária de Santos informa que já comunicou o Sindamar sobre o cumprimento da norma, e muitos armadores já estão apresentando os atestados - Foto: Divulgação

A partir do dia 21 de agosto (quarta-feira), todos os navios que se dirigirem ao Porto de Santos deverão apresentar um atestado de conformidade com as regras internacionais de destinação das águas de lastro. Caso não apresentem este documento, não poderão atracar. A Autoridade Portuária de Santos (APS) baixou norma neste sentido para fazer frente ao problema mundial de

bioinvasão por espécies exóticas, que ameaça a vida marinha e já vem causando sérios danos ambientais e sociais, pois também afeta a pesca de subsistência de populações costeiras, inclusive no Brasil.

A Autoridade Portuária de Santos já comunicou o Sindicato das Agências de Navegação Marítima (Sindamar) sobre o cumprimento da norma, e muitos armadores já estão apresentando os atestados. A APS credenciou um sistema remoto de fiscalização, que utiliza Inteligência Artificial, GPS e outras ferramentas de tecnologia que permitem constatar se os navios descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou passaram a adotar o sistema de filtragem, procedimentos determinados pela Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês) e em atenção à Normam 401/DPC da Marinha do Brasil.

“Esta triangulação de dados públicos disponibilizados em tempo real pelos navios, que deixam os chamados rastros eletrônicos, permitirá sabermos, antes de o navio chegar ao Porto de Santos, se

foram cumpridos os dois tipos de soluções aprovadas internacionalmente”, informou o presidente da APS, Anderson Pomini.

A água de lastro é essencial para a segurança da navegação, principalmente quando os navios estão sem ou com pouca carga. Para que possam manter suas hélices propulsoras submersas, é utilizado um peso líquido em tanques localizados nos porões. Assim, a água coletada em portos e estuários mundo afora garante a estabilidade do navio, evitando danos, inclusive impedindo que a embarcação parta ao meio ou mesmo naufrague em casos de tempestades. A água de lastro a ser coletada depende da quantidade de carga. Quanto menos carga, mais água de lastro. Após suficientemente carregado, o navio a descarta.

Ao trazer, neste lastro, esgoto, materiais tóxicos e até espécies de uma região para outra do planeta, os navios acabam causando sérios problemas ambientais e de saúde pública. Muitas destas espécies animais e vegetais são endêmicas, não têm predadores naturais, e podem se reproduzir rapidamente e competir com espécies nativas. Bacilos ou outras formas de organismos patogênicos também podem ser carregados de uma região para outra junto com a água de lastro despejada no mar.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 16/08/2024

REGIÃO SUDESTE - NAVIO BATE EM CAIS DE TERMINAL EM SANTOS DURANTE MANOBRA

Acidente aconteceu nesta quarta-feira, quando a embarcação se preparava para atracar no terminal da Ecoporto

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebenews.com.br

O navio CMAGCM Tanya bateu no cais do terminal da Ecoporto, no Porto de Santos (SP), enquanto realizava uma manobra para atracar. O acidente aconteceu na última quarta-feira, dia 14, por volta das 17 horas.

Em um vídeo que circula na internet é possível ver a embarcação numa espécie de giro quando acaba batendo a popa contra o cais. Abada foi confirmada pela Ecoporto, que seguia apurando a ocorrência até o fechamento desta edição. O navio tem bandeira de Malta e, quando for liberado, seguirá para o Porto de Singapura.



A Praticagem de São Paulo explicou que a navio CMA GCM estava “girando” para atracar, e “raspou” na estrutura do terminal da Ecoporto, mas o impacto não teria sido forte

A Praticagem de São Paulo explicou que a embarcação estava “girando” para atracar, e “raspou” na estrutura, mas o impacto não teria sido forte. Portanto, não houve vazamento de óleo e as operações seguiram normalmente.

Ainda de acordo com o órgão, “a análise de acidentes na navegação é complexa e se processa com base na legislação, sendo prematuro qualquer juízo de valor antes da apuração e conclusão de inquérito pela Capitania dos Portos. Não houve vítimas derramamento de óleo ou

grandes avarias”.

A Autoridade Portuária de Santos não havia se manifestado sobre o ocorrido até o fechamento desta edição.

O vídeo do acidente pode ser conferido no portal www.portalbenews.com.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - AUTORIDADES DO URUGUAI ELOGIAM PRIORIDADES DO BRASIL PARA RELAÇÃO ENTRE OS PAÍSES

Os três principais projetos do setor são: Aeroporto de Rivera, ponte sobre o Rio Jaguarão e hidrovía da Lagoa Mirim

Por CASSIO LYRA cassio.lyra@redebeneuws.com.br



O ministro José Luis Falero destacou que o Mercosul avança lentamente, mas que o primeiro sinal positivo para a importância do bloco foi o acordo firmado entre Brasil e Uruguai



O ministro interino das Relações Exteriores do Uruguai, Nicolás Albertoni, destacou a iniciativa do Mercosul Export, que serve para aproximar o poder público com o empresariado

Autoridades do Governo do Uruguai destacaram importantes obras para fortalecer as relações comerciais com o Brasil, que será benéfico para todo o bloco dos países do Mercosul. De acordo com o ministro de Transporte e Obras Públicas do Uruguai, José Luis Falero, e o ministro interino das Relações Exteriores do Uruguai, o governo brasileiro tem priorizado os projetos que vão beneficiar ambos os países.

Os dois ministros do governo uruguaio discursaram na solenidade de abertura do Mercosul Export, Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, em sua segunda edição, realizada em Montevideu, capital do Uruguai.

As obras destacadas, são: O Aeroporto Binacional de Rivera, que teve sua reinauguração em dezembro do ano passado, a Ponte Internacional Barão de Mauá, que vai ligar os dois países pelo modal rodoviário entre os municípios de Jaguarão do Sul e Rio Branco e, por fim, a hidrovía da Lagoa Mirim e da Lagoa dos Patos (Brasil-Uruguai).

Falero destacou que o Mercosul avança lentamente, mas que o primeiro sinal positivo para a importância do bloco foi o acordo firmado entre Brasil e Uruguai.

“Os governos entenderam que tínhamos de gerar situações concretas que nos permitissem avançar mais rapidamente. E poucos dias depois, assinamos um acordo com as autoridades de portos e transportes brasileiros com essas três importantes obras”, comentou.

Ao citar o andamento do projeto de concessão da hidrovía Brasil-Uruguai, o ministro lamentou a tragédia climática do Rio Grande do Sul e entendeu os contratempos que possam vir a ocorrer com a implantação do modal.

“Tivemos acontecimentos inesperados e deixo minhas saudações ao povo do Rio Grande do Sul. Foi afetado o que foi planejado, mas afetar o que está sendo planejado não significa que deixamos de cumprir os compromissos”, reforçou.

Nicolás Albertoni destacou a iniciativa do Mercosul Export, que serve para aproximar o poder público com o empresariado, relação essa que é benéfica para os países do bloco econômico.

“Somos a região que menos comercializa entre si no mundo. Isso mostra que talvez a lógica de integração, que debatemos aqui, quem sabe não está alinhado ao que realmente nos deveria dar para podermos comercializar muito mais e muito melhor. É importante que sigamos desenrolando esse grande vínculo que temos com o Brasil e que estamos tendo com a Argentina”, declarou.

“História”

O embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, disse em sua participação que a comitiva do Mercosul Export, bem como as autoridades brasileiras e uruguaias, estão fazendo história.

Presidente honorário



O embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles Galmés, foi nomeado presidente honorário do Mercosul Export, Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes. Valles tem se mostrado como um grande entusiasta das relações bilaterais entre Brasil e Uruguai, promovendo o Mercosul Export, que estreou a sua primeira edição no ano passado. O embaixador recebeu como homenagem uma placa entregue pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, durante a solenidade de abertura do Mercosul Export 2024.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - CEO DO BRASIL EXPORT DESTACA INTEGRAÇÃO BILATERAL PARA AVANÇAR COM PROJETOS

Fabrício Julião também afirmou que a reconstrução do Rio Grande do Sul passa por acordos importantes com o Uruguai

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



Em seu discurso, Fabrício Julião disse que fóruns como o Mercosul Export são uma porta de entrada para o fortalecimento de relações entre os países e do bloco sul-americano. Foto: Rodrigo Borthagaray

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, destacou a integração bilateral entre Uruguai e Brasil visando os avanços no desenvolvimento econômico a partir dos projetos de infraestrutura que vão beneficiar os países vizinhos. Ele discursou na solenidade de abertura do Mercosul Export, Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, em sua

“O sentimento é esse. Projetos concretizados que vão atrair uma só coisa: desenvolvimento sustentável para nosso povo. Graças não somente às autoridades públicas. Essa mistura do setor público e privado, que é o propósito do Mercosul Export. Estamos todos trabalhando juntos e concretizando essa história”, disse.

O Mercosul Export é uma edição internacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19; no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.



segunda edição, realizado em Montevidéu, capital do Uruguai.

O CEO do Brasil Export enfatizou que o primeiro dia de Mercosul Export só vai fortalecer os laços comerciais entre Brasil e Uruguai.

Segundo ele, fóruns como o Mercosul Export são uma porta de entrada para o fortalecimento de relações entre os países e do bloco sul-americano.

“Foi emblemático nosso encontro pela manhã. Demonstra aquilo que precisamos construir. Sinto que é um momento único. Precisamos aprender com as visitas que tivemos. Esse é um exemplo importante para a boa relação. Quando existe a integração de que o Mercosul tanto precisa, são em momentos como esse que é quando fazemos acontecer”, disse.

Julião pontuou em sua fala a importância da criação do Mercosul da infraestrutura.

“É importante que experiências bem-sucedidas de diversos países sejam colocadas todas em uma única cesta, para termos bons frutos. Temos, a partir de agora, uma grande oportunidade de transformar. O Mercosul da infraestrutura vai acontecer. É um grande momento e a oportunidade de dar mais uma vez início a essa construção”.

Rio Grande do Sul

O CEO do Brasil Export se solidarizou com a tragédia climática que atingiu o Rio Grande do Sul no mês de maio e reforçou a palavra reconstrução.

“Precisamos reconstruir o estado, a logística, famílias. A reconstrução passa diretamente com os países vizinhos e com o Mercosul. Reconstrução de relações comerciais e bilaterais, que durante 60 anos estiveram frias e projetos de logística não saíram. Que possamos fazer essa reflexão de forma conjunta”, comentou.

Julião revelou, ainda, que o Mercosul Export 2025 será realizado em Assunção, na capital do Paraguai, com o objetivo de fortalecer os laços entre os países do Mercosul.

A solenidade de abertura do Mercosul contou com as seguintes autoridades: Alber Vasconcelos, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Didier Olmedo, embaixador do Paraguai no Uruguai; Marcos Raposo, embaixador do Brasil no Uruguai; Cristiano Klinger, presidente da Portos RS; José Roberto Campos, presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Djalma Vilela, presidente do Conselho do Mercosul Export; e Gilmara Temóteo, presidente do Conselho Feminino do Brasil Export.

O Mercosul Export é uma edição internacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19; no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - COMITIVA VISITA ENTIDADES E TERMINAL PORTUÁRIO EM MONTEVIDÉU

Primeiro dia de atividades do Mercosul Export foi marcado por ida a encontros da ANP e da Aladi, além do porto na capital uruguaia

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O fórum internacional Mercosul Export 2024 teve início na manhã de quinta-feira, dia 15, com uma recepção de parte da comitiva brasileira por dirigentes da Administração Nacional de Portos (ANP) do Uruguai.



O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, agradeceu o encontro de trabalho e falou sobre a iniciativa de criação de um ambiente integrado e de colaboração entre os setores público e privado.

Autoridades e lideranças empresariais do Brasil que participam do Mercosul Export visitaram as obras de expansão do Terminal Cuenca del Plata, no Porto de Montevideú. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

O vice-presidente da associação, Daniel Loureiro, ressaltou a importância da expansão do Porto de Montevideú, uma obra emblemática para o crescimento da movimentação de cargas na capital uruguaia.

Também na manhã de quinta-feira, representantes de vários países participaram do encontro institucional organizado pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) destinado à troca de informações com a comitiva de profissionais e autoridades que participaram do Mercosul Export.

O secretário-executivo do Aladi, Sérgio Abreu, apontou a burocracia como o principal obstáculo para o crescimento da integração logística entre as nações da América Latina.

Um pouco mais cedo, no início da manhã, a comitiva realizou uma visita às infraestruturas do novo Ferrocarril Central e ao Centro de Controle de Tráfego Ferroviário, também na capital uruguaia.

Por fim, autoridades e lideranças empresariais do Brasil visitaram as obras de expansão do Terminal Cuenca del Plata, operado pela Katoen Natie em Montevideú.

O porto da capital uruguaia tem como evidente característica ser um equipamento de transbordo, recebendo cargas que serão consumidas em vários pontos do continente.

Após a conclusão das obras, a capacidade operacional do terminal passará de 1,2 milhão de TEU para 2,5 milhões.

O local também recebe grande quantidade de contêineres reefer, que são utilizados para transportar fármacos, frutos e carnes, modalidade responsável por aproximadamente 17% das operações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

INTERNACIONAL - PROGRAMAÇÃO MERCOSUL EXPORT 2024

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

16 | AGOSTO | SEXTA-FEIRA

08h30 Início da transmissão online e gratuita pelo Portal BE News

09h00 Palavras de boas-vindas do vice-ministro de Transporte e Obras Públicas do Uruguai, Juan José Olaizola, do presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, e do presidente do Conselho do Mercosul Export, Djalma Vilela

09h15 Palestras especiais

10h00 Painel 2: Criação de corredores logísticos verdes e boas práticas em desenvolvimento sustentável no setor de infraestrutura; Caminhos para alinhar a

competitividade da logística de transportes e o crescimento sustentável; Descarbonização dos mais variados modais de transportes; Planejamentos governamentais para a criação de corredores logísticos verdes

Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News

Debatedores: Jorge Bastos, presidente da Infra S.A.; Djalma Vilela, presidente da Mullog e do Conselho do Mercosul Export; Raul Eugênio Pode, Consultor naval e ex-presidente da Federación de la Industria Naval Argentina (F.I.N.A.); María José González, coordenadora do Programa H2U do Ministério de Indústria, Energia e Minería do Uruguai

11h15 Intervalo

11h45 Painel 3: A potencialidade de tecnologias aplicadas em terminais portuários e na navegação fluvial e marítima; Investimentos de terminais portuários e as ações das autoridades portuárias para aplicação de tecnologias voltadas a ganho de eficiência das operações; O futuro das embarcações de carga e as estruturas necessárias para operações

Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News

Debatedores: Alber Vasconcelos, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Cristiano Klinger, presidente da Portos RS; Regis Prunzel, presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp); Gustavo Alonso, engenheiro naval

13h00 Almoço especial no Edifício Mercosul
Recepção do ministro interino das Relações Exteriores, Nicolás Albertoni, do vice-ministro de Transporte e Obras Públicas, Juan José Olaizola, e do diretor executivo do Instituto Uruguai XXI, Sebastian Risso

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - GOVERNO VAI PRIORIZAR HIDROVIAS PARA MELHORAR RELAÇÃO NO MERCOSUL

Audiências públicas do Rio Paraguai e Lagoa Mirim devem ocorrer neste semestre, diz diretor-geral da Antaq

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Segundo o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, a expectativa é realizar as primeiras audiências públicas referentes a um projeto hidroviário no Brasil neste segundo semestre



O secretário nacional de Hidrovias, Dino Batista, está em agenda oficial discutindo os modais de transporte que beneficiam os países do Cone Sul, com foco nas hidrovias

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Batista, está em agenda oficial discutindo os modais de transporte que beneficiam os países do Cone Sul, com foco nas hidrovias. Foto: Rodrigo Borthagaray

Duas autoridades brasileiras, o secretário Nacional de Hidrovias, Dino Batista, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, afirmaram que o Governo Federal está priorizando o programa de concessão de hidrovias, principalmente os dois projetos que tem relação direta com o bloco Mercosul.

Eles participaram da solenidade de abertura do Mercosul Export, Fórum Internacional de Logística, Infraestrutura e Transportes, em sua segunda edição, realizado em Montevidéu, capital do Uruguai.

Uma das prioridades do Ministério de Portos e Aeroportos em termos de projetos é o Plano Geral de Outorgas (PGO) que envolve a concessão de seis hidrovias. Para a região, as principais são a hidrovia do Rio Paraguai e a hidrovia Uruguai-Brasil, que visa fortalecer as relações comerciais e exportações de produtos de países sul-americanos com as principais correntes mundiais.

“As hidrovias são uma pauta de integração regional. Há um alto esforço para entregar o que se há de melhor”, disse Nery.

As duas hidrovias do Mercosul estão com seus respectivos projetos em andamento, fruto de uma parceria da agência reguladora e a Infra S.A. Segundo o diretor-geral da Antaq, a expectativa é realizar as primeiras audiências públicas referentes a um projeto hidroviário no Brasil neste segundo semestre.

“Estamos falando de seis pautas hidroviárias que estão sendo tocadas. Nós, da agência, temos plena confiança de que todos os projetos vão ser entregues nos próximos anos”, reforçou.

Integração

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Batista, está desde o início da semana em agenda oficial discutindo os modais de transporte que beneficiam os países do Cone Sul, com foco nas hidrovias.

“Ficou claro que existe interesse muito grande de todas as partes e de todos os países de se integrarem. O interesse existe, a carga existe, as infraestruturas existem, e precisam ser melhoradas, as iniciativas existem e têm de ser melhoradas. E dentro desse tipo de interação é que temos possibilidade de trazer aperfeiçoamentos que vão possibilitar mais infraestrutura, menos burocracia e um desempenho melhor para nossas economias”, analisou.

O Mercosul Export é uma edição internacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19; no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

O secretário nacional de Hidrovias, Dino Batista, está em agenda oficial discutindo os modais de transporte que beneficiam os países do Cone Sul, com foco nas hidrovias. Foto: Rodrigo Borthagaray

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - DIRETOR DA ANTAQ DIZ QUE HIDROVIAS DO SUL DEVEM TER FRETE DE US\$ 1 POR TONELADA

Em painel do Mercosul Export, no Uruguai, Alber Vasconcelos afirmou que esse valor é competitivo e atraente

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br



O primeiro painel de debates da edição 2024 do Mercosul Export teve como tema “Desenvolvimento do transporte aquaviário de cargas entre os países do Mercosul”. Foto: Rodrigo Borthagaray

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Alber Vasconcelos, discutiu os desafios econômicos associados ao transporte aquaviário durante o Mercosul Export, na quinta-feira (15), e afirmou que os projetos ligados às hidrovias do Rio Paraguai e Lagoa Mirim, ambas no sul do País, trabalham com uma tarifa de frete de até US\$ 1 por tonelada de carga.

“Esse valor é um valor competitivo e atraente. Temos trabalhado com este teto nos dois casos, para isso os projetos estão sendo adequados”, ressaltou ele.

Ele deu essa declaração durante o painel “Desenvolvimento do transporte aquaviário de cargas entre os países do Mercosul”, no primeiro dia de atividades do Mercosul Export, que trouxe à tona questões cruciais para a expansão e eficiência das hidrovias na região. O fórum internacional, que teve início na quinta-feira, dia 15, e se encerra nesta sexta, dia 16, é realizado em Montevidéu, no Uruguai, e conta com uma ampla participação de especialistas e profissionais do setor.

O painel, moderado por Leopoldo Figueiredo, diretor-geral da Rede BE News, também contou com a presença de Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq; Dino Antunes Dias Batista, secretário nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos do Brasil; e Diego Azqueta, presidente da Comissão Permanente de Transporte da Bacia do Prata.

Durante o debate, Dino Batista destacou a importância das concessões para o desenvolvimento das hidrovias no Brasil, enfatizando que a iniciativa privada terá um papel crucial na manutenção e operação dos corredores aquaviários, como a ligação entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos.

“A concessão hidroviária é fundamental para garantir a perenidade e a eficiência desses corredores, assegurando que a sinalização e as infraestruturas necessárias sejam mantidas de maneira adequada”, disse ele.

O projeto da Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos é voltado à integração e ao desenvolvimento da infraestrutura de transporte aquaviário no sul do Brasil. A hidrovia busca conectar a Lagoa Mirim, situada na fronteira entre Brasil e Uruguai, à Lagoa dos Patos, uma das maiores lagoas do Brasil e localizada no estado do Rio Grande do Sul. Essa conexão vai facilitar o transporte de cargas entre essas duas regiões, promovendo uma maior integração econômica entre o sul do Brasil e a região do Mercosul.

O Mercosul Export é uma edição internacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19; no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024

MERCOSUL EXPORT - ESPECIALISTAS DEBATEM BUROCRACIA E INFRAESTRUTURA NA LOGÍSTICA DE CARGA NO MERCOSUL

Para presidente do IBI, excesso de trâmites é um dos principais fatores que impedem o desenvolvimento de um sistema mais eficiente

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebenews.com.br



Molitzas, Jacqueline e Povia participaram do painel do InfraJur “Desafios e perspectivas da integração jurídica no Mercosul para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes”. Foto: Rodrigo Borthagaray

A necessidade de uma maior integração multimodal nos serviços de carga e comércio entre o Brasil e os países do Mercosul foi discutida por especialistas na quinta-feira (15), durante o InfraJur: Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. O evento faz parte da programação do Mercosul Export, que é realizado em Montevidéu, no Uruguai.



O assunto foi introduzido pelo presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, que apontou o excesso de burocracia como um dos principais entraves ao desenvolvimento de um sistema logístico mais eficiente no Brasil.

“Nós temos uma questão tributária no país que tem impedido a gente de desenvolver a multimodalidade. Na verdade, operamos com uma intermodalidade, pois precisamos de documentos e espaços para movimentar cargas em cada modal”, afirmou Povia.

Nas operações multimodal e intermodal, mais de um tipo de transporte é utilizado para levar uma carga da origem ao destino, podendo envolver rodovias, hidrovias, ferrovias e transporte aéreo. A distinção entre esses sistemas está nos documentos e na atribuição das responsabilidades.

No modelo intermodal, um novo documento é emitido para cada meio de transporte empregado. Já na operação multimodal, um único documento cobre toda a viagem, e o Operador de Transporte Multimodal (OTM) é responsável por todo o processo.

Ricardo Molitzas, presidente do Instituto Brasil Logística (IBL), destacou que o transporte rodoviário responde por 58% do transporte de carga entre o Brasil e os demais países do Mercosul, evidenciando uma dependência excessiva de um único modal.

“A multimodalidade tem uma lei desde 1998, mas até hoje, 26 anos depois, nós não fazemos essas operações de forma eficiente”, detalhou. Molitzas também enfatizou a importância de os países do Mercosul se reunirem para discutir e implementar uma legislação ou regulação única, capaz de mudar esse cenário.

“Embora existam acordos parciais, como Brasil-Montevideu ou Uruguai-Argentina-Paraguai, é essencial que todos os países discutam uma legislação comum para que esses corredores logísticos possam operar de maneira integrada”, defendeu. “A economia precisa que as legislações envolvidas nesse comércio se equalizem, e que elas tenham aceitação das várias diferenças que existem entre os países”, completou Molitzas.

O Mercosul, ou Mercado Comum do Sul, é um bloco econômico regional criado para promover a integração comercial entre seus membros. O grupo inclui Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela como efetivos. O objetivo é facilitar a cooperação entre esses países, reduzindo barreiras tarifárias e promovendo a cooperação econômica e política.

Burocracia

Jacqueline Wendpap, presidente do Conselho de Administração da Portos RS, destacou a importância do Mercosul para o comércio, mas apontou a burocracia como um obstáculo significativo no desenvolvimento de novas iniciativas para o setor.

“Nós não temos infraestrutura porque não temos recursos para provê-la. Os bancos de fomento, incluindo o próprio fundo Mercosul, frequentemente alegam que os projetos apresentados não são adequados para financiamento. Isso levanta a questão se o problema está na qualidade ou na burocracia envolvida na liberação dos recursos”, disse Jacqueline.

O painel “Desafios e perspectivas da integração jurídica no Mercosul para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes” foi moderado pelo diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo.

O Mercosul Export é uma edição internacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19; no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO DE SANTOS IMPEDIRÁ ATRACAÇÃO DE NAVIOS QUE NÃO CUMPIREM NORMA DE CONTROLE DE ÁGUA DE LASTRO

Informações: Autoridade Portuária de Santos (16 de agosto de 2024)



Autoridade Portuária implanta tecnologia que fará fiscalização remota de todos os navios; norma combate ameaça mundial da bioinvasão – Foto: APS

A partir do dia 21 de agosto (quarta-feira), todos os navios que se dirigirem ao Porto de Santos deverão apresentar um atestado de conformidade com as regras internacionais de destinação das águas de lastro. Caso não apresentem este documento, não poderão atracar. A Autoridade Portuária de Santos (APS)

baixou norma neste sentido para fazer frente ao problema mundial de bioinvasão por espécies exóticas, que ameaça a vida marinha e já vem causando sérios danos ambientais e sociais, pois também afeta a pesca de subsistência de populações costeiras, inclusive no Brasil.

A Autoridade Portuária de Santos já comunicou o Sindicato das Agências de Navegação Marítima (Sindamar) sobre o cumprimento da norma, e muitos armadores já estão apresentando os atestados. A APS credenciou um sistema remoto de fiscalização, que utiliza Inteligência Artificial, GPS e outras ferramentas de tecnologia que permitem constatar se os navios descartaram a água de lastro nas áreas permitidas ou passaram a adotar o sistema de filtragem, procedimentos determinados pela Organização Marítima Internacional (IMO, da sigla em inglês) e em atenção à Normam 401/DPC da Marinha do Brasil.

“Esta triangulação de dados públicos disponibilizados em tempo real pelos navios, que deixam os chamados rastros eletrônicos, permitirá sabermos, antes de o navio chegar ao Porto de Santos, se foram cumpridos os dois tipos de soluções aprovadas internacionalmente”, informou o presidente da APS, Anderson Pomini.

A água de lastro é essencial para a segurança da navegação, principalmente quando os navios estão sem ou com pouca carga. Para que possam manter suas hélices propulsoras submersas, é utilizado um peso líquido em tanques localizados nos porões. Assim, a água coletada em portos e estuários mundo afora garante a estabilidade do navio, evitando danos, inclusive impedindo que a embarcação parta ao meio ou mesmo naufrague em casos de tempestades. A água de lastro a ser coletada depende da quantidade de carga. Quanto menos carga, mais água de lastro. Após suficientemente carregado, o navio a descarta.

Ao trazer, neste lastro, esgoto, materiais tóxicos e até espécies de uma região para outra do planeta, os navios acabam causando sérios problemas ambientais e de saúde pública. Muitas destas espécies animais e vegetais são endêmicas, não têm predadores naturais, e podem se reproduzir rapidamente e competir com espécies nativas. Bacilos ou outras formas de organismos patogênicos também podem ser carregados de uma região para outra junto com a água de lastro despejada no mar.



O problema da bioinvasão é crescente porque a navegação movimentada, por ano, cerca de 10 bilhões de toneladas de água de lastro. No Brasil, são 80 milhões de toneladas/ano, já que 95% do comércio exterior ocorrem por via marítima.

Os navios, pela legislação, têm duas opções aprovadas: a D1, que determina o descarte em águas oceânicas, ou a D2, que estabelece o tratamento da água de lastro dentro do navio antes do descarte.

“Assim, damos um importante passo prático na defesa do meio ambiente e da saúde da população mundial”, lembrou Pomini, que vinha cobrando este compromisso, assumido pela agenda ambiental da companhia em 2014.

A empresa credenciada pela APS, Balance Water Central (BWC) – que fará a conformidade das normas, baseada em informações que o navio oferece, como as coordenadas geográficas, entre outras -, teve o sistema previamente testado pela APS, informou o diretor da empresa, Paulo Andrade.

Antes desta tecnologia inovadora, a fiscalização dos navios era feita por amostragem, com base nas informações dadas pelos comandantes dos navios. Agora, todos os navios serão rastreados para garantir um controle mais eficiente, informou a Diretoria de Operações da APS, que conta com a atuação dos profissionais da Superintendência de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (Sumas) neste trabalho.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 16/08/2024*

PORTO DO RECIFE FECHA PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024 COM CRESCIMENTO DE 40,8%

Informações: Porto do Recife (16 de agosto de 2024)

A movimentação de cargas do Porto do Recife cresceu 40,8% no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram quase um milhão de toneladas movimentadas de janeiro a julho. Já em 2023, o total movimentado no período foi de 690.112 toneladas. As exportações também cresceram: foram 346.700 toneladas, resultado 63,1% maior que o obtido no mesmo período de 2023.

O destaque foi para o aumento na movimentação de açúcar. Esse produto em especial teve um crescimento de mais de 100% nas suas operações. Só no primeiro semestre foram 185.425 toneladas a granel contra 85.912 em 2023. Já o açúcar em sacos, foram 136.697 toneladas que circularam pelo porto até julho deste ano, contra 96.284 toneladas em 2023.

O presidente do Porto do Recife, Delmiro Gouveia, comemora o crescimento e ressalta o apoio da governadora Raquel Lyra e do secretário de desenvolvimento do Estado, Guilherme Cavalcanti, que têm tratado pessoalmente das demandas ligadas ao Porto do Recife, entendendo como importantes para o desenvolvimento estratégico de Pernambuco. “Tivemos conquistas significativas que foram articuladas com a ajuda dos gestores, entre elas a conquista junto ao governo federal dos R\$120 milhões que estão assegurados para a dragagem do Porto, o que vai aumentar o nosso calado e a nossa competitividade, além disso teremos o leilão de três terminais, com investimento na ordem de R\$60 milhões, afirma Delmiro.

Atualmente, circulam pelo porto produtos como açúcar, barrilha, bobinas, fertilizantes, malte, trigo entre outros. Com os novos investimentos, abre-se a possibilidade de atração de novas cargas e o estabelecimento de novas rotas comerciais, além da melhoria na prestação de serviços do ancoradouro.

Confira abaixo o comparativo mês a mês entre 2023 e 2024:

- Janeiro de 2023 – 142.919 tonelada



- Janeiro de 2024 – 149.887 toneladas
- Fevereiro de 2023 – 106.748 toneladas
- Fevereiro de 2024 – 128.436 toneladas
- Março de 2023 – 129.431 toneladas
- Março de 2024 – 181.267 toneladas
- Abril de 2023 – 102.902 toneladas
- Abril de 2024 – 179.891 toneladas
- Maio de 2023 – 51.311 toneladas
- Maio de 2024 – 131.847 toneladas
- Junho de 2023 – 51,924 toneladas
- Junho de 2024 – 79,661 toneladas
- Julho de 2023 – 104.877 toneladas
- Julho de 2024 – 120.442 toneladas

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 16/08/2024

CELULOSE É UM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO PORTO DO RIO GRANDE

Informações: Governo do Estado de RS (16 de agosto de 2024)

Baseado no transporte aquaviário, ciclo produtivo movimentou mais de 1,6 milhão de toneladas em 2023

Em 2023, a celulose foi uma das principais cargas movimentadas pelo Porto do Rio Grande. Cerca de 1,6 milhão de toneladas foi exportada para diversos países. A China foi o principal comprador, com 571.812 toneladas, seguida pelos Estados Unidos (349.789), pela Itália (183.321), pelos Emirados Árabes (143.507) e pela Coreia do Sul (93.320). Produzida pela empresa CMPC, na unidade de Guaíba, a celulose é extraída do eucalipto e utilizada como matéria-prima nas indústrias de papel, embalagens e tecidos.

Toda a produção voltada para exportação é transportada até Rio Grande por meio de barcaças que navegam na Laguna dos Patos, evitando a circulação de caminhões na BR 116 e mostrando toda potencialidade da utilização de hidrovias. Após o descarregamento no Porto Novo, as embarcações seguem até o Porto de Pelotas, onde são carregadas com toras de madeira e retornam até a fábrica, em Guaíba.

A importância da hidrovia é mais evidente quando a redução de caminhões é traduzida em números. Ao longo de 2023, as 410 barcaças que operam no ciclo da celulose evitaram a circulação de 51.250 caminhões. Cada carregamento de aproximadamente 4 mil toneladas é capaz de substituir cerca 125 carretas.

Por outro lado, cada carregamento com aproximadamente 2,5 mil toneladas de toras de madeira feito em Pelotas é capaz de retirar do trecho até Guaíba outros 63 veículos bitrens que transportariam a matéria-prima. Em um ano, evitou-se a circulação de 25.720 caminhões desse tipo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 16/08/2024

MOVIMENTO DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE IMBITUBA CRESCE 12% NO ACUMULADO DO ANO

Informações: Logweb (16 de agosto de 2024)

A SCPAR, Autoridade Portuária do porto organizado de Imbituba, em sua trajetória de resultados expressivos, concluiu os primeiros sete meses do ano com números históricos. Em relação ao mesmo período de 2023 houve um crescimento de 12% na movimentação de cargas, somando cerca de 5 milhões de toneladas e recorde histórico de produtividade para o acumulado do ano.



Os resultados demonstram que o Porto de Imbituba continua em franca evolução e no caminho certo para a consolidação de sua expansão operacional.

Para o Secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias – SPAF, Ivan Amaral, “Este é um resultado muito importante para o Porto de Imbituba. Os números expressam todo um trabalho coletivo que vem contribuindo para o desempenho logístico de Santa Catarina e também para a economia da região Sul Catarinense”, afirma.

“Este resultado é motivo de celebração para toda a cadeia logística e portuária do Estado de Santa Catarina e reflete o esforço da comunidade portuária de Imbituba, cujo trabalho tem sido motor desses patamares de crescimento, ao mesmo tempo em que o olhar estratégico do Estado busca tornar realidade medidas e obras estruturantes que vão permitir a continuidade de atendimento da demanda crescente pela utilização deste Porto”, avalia o diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba, Urbano Lopes de Sousa Netto.

No que diz respeito ao fluxo de embarcações, de janeiro a julho de 2024, atracaram 190 navios no Porto de Imbituba, aumento de 13% em relação ao mesmo período de 2023.

Em julho constatou-se uma manutenção no fluxo comercial de movimentações de cargas do Porto, com um declínio no número de embarques em relação ao mês anterior (-18%) e também em relação ao mesmo período de 2023 (-22,6%), com os embarques sendo o principal curso dos produtos que passaram pelo Porto. Já os desembarques tiveram decréscimo em julho (-29%), se comparados ao mês de junho de 2024 e uma leve redução (-7,3%) em relação a julho de 2023.

Dentre todo fluxo comercial de cargas do Terminal de Imbituba (embarques e desembarques), os maiores volumes operados no mês de julho foram o coque de petróleo, o açúcar, os contêineres, o farelo de milho e o sal. Como destaque no fluxo de cargas, a movimentação de mais de 128 mil toneladas de açúcar (granel), aumento expressivo (+156%) em relação a junho do presente ano.

De janeiro a julho de 2024, a liderança das exportações (52% do total) vem acompanhada de alta de 13% na tonelagem enviada ao exterior, se comparado ao realizado no mesmo período de 2023. Em contrapartida, as importações garantiram a fatia de 38% das operações com cargas no Porto de Imbituba, com aumento de 19 % na comparação com o mesmo período de 2023.

Em referência à cabotagem, navegação entre portos do mesmo país, a mesma representou 9,2% da movimentação do Porto no acumulado de janeiro a julho, indicando uma redução de (-15,8%) na quantidade de cargas em relação ao mesmo período do ano passado.

Os graneis sólidos representaram mais de 4 milhões de toneladas no acumulado do ano, crescimento superior a 10% no comparativo com o mesmo período de 2023. Tais cargas (Granel sólido) representam 81,5% de toda a movimentação portuária, com especial relevância para o coque de petróleo que operou mais de 1,2 milhão de toneladas em 2024. No contexto geral, as maiores movimentações, dentro da rubrica granel sólido, foram de coque de petróleo, açúcar, sal, farelo de milho e fertilizantes.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Governo Federal), as operações de importação e exportação em Imbituba movimentaram mais de 1,2 bilhão de dólares, nestes primeiros sete meses de 2024, crescimento de 14,5% em relação ao mesmo período de 2023.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 16/08/2024

CHINA É O PRINCIPAL DESTINO DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (16 de agosto de 2024)

Entre agosto de 2023 e julho de 2024, o Brasil exportou mais de US\$ 58 bilhões para o país asiático, um aumento de 10% em comparação ao período anterior



Em 15 de agosto de 1974, Brasil e China davam início as relações diplomáticas que anos depois faria do país asiático o principal parceiro comercial do Brasil. Nesta quinta-feira (15), comemora-se 50 anos de diplomacia entre os dois países.

“É determinação do presidente Lula que retomemos as boas relações diplomáticas com os países. Nestes 50 anos, tivemos muitas oportunidades comerciais com a China, tanto que ela se tornou nosso maior parceiro. Aqui no Mapa trabalhamos para que tenhamos mais progressos bilaterais econômicos”, destacou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

Segundo o Ministério de Relações Exteriores (MRE), a relação bilateral está estruturada na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, foi alçada ao nível de parceria estratégica global em 2012 e neste ano comemora-se 20 anos da criação.

Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Mapa (SCRI), entre agosto de 2023 e julho de 2024, a China foi o principal destino das exportações brasileiras do agronegócio, totalizando US\$ 58,60 bilhões. Houve um aumento de 10% em comparação ao período anterior. Houve recorde em 2023 com as exportações de mais de US\$ 60 bilhões, um aumento de mais de US\$ 9 bilhões em relação a 2022.

O Brasil exportou US\$ 28,44 bilhões em produtos agrícolas para a China no primeiro semestre de 2024.

Os principais produtos exportados para a China são soja, milho, açúcar, carne bovina, carne de frango, celulose, algodão e carne suína in natura.

Sendo uma relação bilateral, assim como exportou, o Brasil também importou produtos do país asiático, como produtos florestais e têxteis. As importações somam aproximadamente US\$ 1,18 bilhão.

“As relações diplomáticas entre Brasil e China, especialmente sob a gestão do presidente Lula e do ministro Carlos Fávaro, alcançaram um patamar sem precedentes. Da diplomacia bem-sucedida, colhemos os frutos de negociações comerciais robustas, que consolidaram a China como o nosso principal parceiro estratégico no agronegócio”, ressaltou o secretário da SCRI, Roberto Perosa.

Um importante fator para o crescimento das exportações foi que apenas em março de 2024 a China habilitou 38 novas plantas frigoríficas brasileiras, sendo 34 frigoríficos e 4 entrepostos comerciais, sendo o maior número de habilitações concedidas. O número de empresas brasileiras aumentou de 106 para 144.

O ministro Carlos Fávaro já realizou duas missões ministeriais a China. A última foi realizada em junho deste ano em comitiva com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. Durante a missão, o Governo Federal fechou um acordo para promover o café brasileiro na maior rede de cafeterias chinesa, prevendo a compra de aproximadamente 120 mil toneladas de Café.

Para manter o diálogo e as boas relações comerciais, atualmente a China é o único país que conta com dois postos de adidos agrícolas brasileiras em Pequim.

Perosa ainda afirma que a restauração de um diálogo frutífero com o país asiático permite avanços significativos, como expansão de exportações de produtos-chave, fortalecendo ainda mais o papel do Brasil no cenário global.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 16/08/2024



ANÁLISE DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO É ADIADA PARA TERÇA

Informações: Agência Senado (16 de agosto de 2024)

Foi adiada para a próxima terça-feira (20) a deliberação do projeto de lei que trata do regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, acatou o pedido de seguir com a discussão da matéria na próxima sessão deliberativa. Nesta quinta-feira (15), o senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou ao Plenário seu substitutivo (texto alternativo) ao PL 1.847/2024, do senador licenciado Efraim Filho (União-PB).

Jaques Wagner elogiou os esforços na busca de um consenso em torno das regras de transição. Ele disse que o projeto concretiza o acordo alcançado entre os Poderes Executivo e Legislativo para instituição de um regime de transição com as devidas medidas compensatórias.

— É fato notório que tal política de desoneração não atingiu de forma satisfatória os efeitos sobre o mercado de trabalho que dela eram esperados. Além disso, o governo federal está realizando um substancial esforço para preservação do equilíbrio fiscal, o que demanda uma racionalização dos benefícios tributários concedidos — registrou Jaques Wagner, ao ler seu relatório em Plenário.

Como há muitos destaques apresentados ao texto, o relator disse que tentará incorporar o que for possível para apresentar seu texto final na próxima semana. Não houve quem quisesse discutir a matéria na data de hoje.

Jaques Wagner ponderou, contudo, que é preciso salientar que o Congresso “tem sido profícuo em renúncias fiscais” e em custos tributários para a nação, sempre no viés de atender “este ou aquele segmento empresarial, laboral ou social”.

— O fato é que, desde a reforma da Previdência, há um dispositivo constitucional que diz que nós não podemos criar mais despesas tributárias sobre a Previdência. Esse foi o motivo do ministro Zanin [do Supremo Tribunal Federal], que proferiu uma decisão julgando inconstitucional por não termos apresentado à época exatamente as compensações necessárias. Eu insisto nisso porque por diversas vezes a Casa vota benefício fiscal e ao mesmo tempo falamos em responsabilidade fiscal. As duas coisas não se combinam: quanto mais custo tributário para o país, mais desequilíbrio fiscal — expôs o relator.

Reoneração

O projeto tem como objetivo atender acordo firmado entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre a Lei 14.784, de 2023, que prorrogou a desoneração até o final de 2027. Após análise na Casa, a proposta seguirá para deliberação na Câmara.

Conforme o projeto, a reoneração gradual da folha de pagamento terá duração de três anos (2025 a 2027). O projeto mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025 (com alíquota de 5% sobre a folha de pagamento). Em 2026 serão cobrados 10% e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração. Durante toda a transição, a folha de pagamento do 13º salário continuará integralmente desonerada.

O projeto também reduz, gradualmente, durante o período de transição, o adicional de 1% sobre a Cofins-Importação instituído em função da desoneração da folha de pagamento. O acréscimo será reduzido para 0,8% em 2025 e 0,6% no ano seguinte. Já em 2027, o acréscimo será de 0,4%.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 16/08/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

COMISSÃO DO SENADO PAUTA COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política
Por epbr 16 de agosto de 2024 Em Comece seu Dia, Congresso, Política energética



Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, em 30/8/2023 (Foto: Pedro França/Agência Senado)

A Comissão de Infraestrutura do Senado pautou para terça-feira (20/8) a votação do parecer do PL do Combustível do Futuro. O relatório foi protocolado por Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) na quarta (14/8), com uma série de alterações, atendendo parcialmente alguns setores.

Um dos pontos mantidos foi a mistura obrigatória com um teto de 3% do volume de diesel consumido, mas transferiu a obrigação para o primeiro elo da cadeia, os refinadores e importadores.

- O presidente da FPBio, deputado Alceu Moreira (MDB/RS), classificou o relatório como “um grande avanço”. Em nota, o parlamentar disse ainda que se empenhará pela rápida aprovação no retorno à Câmara.

Diesel R. Rejeitado no relatório do Combustível do Futuro, o diesel coprocessado da Petrobras (batizado com a marca Diesel R) foi exaltado pela presidente da companhia, Magda Chambriard, durante a cerimônia de retomada das operações da Fafen Araucária, no Paraná, nesta quinta (15/8).

- Durante discurso, a CEO disse que esse combustível é “uma parceria com o agronegócio brasileiro” e que a fabricação dele é importante para a descarbonização das atividades da empresa. Ela também entregou a Lula uma amostra do diesel produzido na Repar.

Biometano. A Bahiagás (BA) e a Copergás (PE) lançaram uma chamada pública coordenada para aquisição de biometano. As duas distribuidoras de gás natural estão em busca de contratos de fornecimento de até dez anos, com vigência a partir de 2027.

- As propostas comerciais devem ser apresentadas até 30 de setembro e a expectativa é que os contratos sejam assinados em novembro. A iniciativa é conjunta, mas são processos independentes.

Gás natural. O BTG Pactual Commodities obteve autorização da ANP para atuar como comercializadora de gás natural, bem como carregadora (usuária da malha de gasodutos de transporte).

- O negócio de gás é uma novidade para a companhia – que está presente no setor, de forma indireta, como principal acionista da Eneva, com uma fatia de 23,33% do capital da empresa.



Geopolítica. A recente instabilidade política na Venezuela, com a indefinição das eleições presidenciais, concretiza mais um capítulo de oportunidades perdidas para o país que tem as maiores reservas de petróleo do mundo. O país deixa de aproveitar um momento em que a indústria global olha com mais atenção para a América do Sul, escreve Gabriela Ruddy.

Crise hídrica. Mesmo com reservatórios em baixa, a possibilidade de crise hídrica ainda é remota, concluiu a consultoria de energia PSR. Para que sejam mantidos níveis seguros, será necessário que as chuvas atinjam entre 75% e 80% das médias históricas até o ano que vem.

- Embora o armazenamento esteja abaixo da média histórica (atualmente, cerca de 60% no Nordeste e Sudeste; e 80% no Norte e Sul), o SIN se mantém distante dos níveis de 2021, quando foi registrada uma crise hídrica severa.

Royalties das renováveis. A CME da Câmara dos Deputados deve dar um veredito nas próximas semanas ao PL 3864/2023, que prevê uma taxa de 7% para as empresas geradoras de energia. Os integrantes da comissão ainda não chegaram a um consenso sobre o texto. O parecer do relator, Gabriel Nunes (PSD/BA), é pela rejeição.

Agências. O MGI aumentou de 23% para 27% a proposta de reajuste salarial para os servidores de carreira de agências reguladoras e de 14,4% para 15,5% para as carreiras do Plano Especial de Cargos (PEC).

- Segundo a ministra Esther Dweck, a intenção é encerrar as negociações nesta sexta (16/8), pois o governo está finalizando a PLOA. Os aumentos na remuneração seriam pagos em duas parcelas, em 2025 e 2026. A categoria deve se reunir na próxima semana para decidir se aceita ou recusa a proposta.

Dívidas dos estados. Os estados endividados terão mais prazo para aderirem ao Propag, aprovado na quarta-feira (14/8) pelo plenário do Senado. Os senadores concederam 120 dias a partir da publicação da lei. O próximo passo da tramitação do PLP 121/2024 é a apreciação pela Câmara dos Deputados.

- É o projeto que pode levar à federalização de empresas estaduais, entre elas a Cemig, em Minas Gerais.

Artigo. A gestão de stakeholders no licenciamento ambiental de linhas de transmissão é uma ótima oportunidade para mitigar riscos e explorar a importância de incluir diversas partes interessadas no processo de tomada de decisões que afetam o meio ambiente e as comunidades, escreve Ana Claudia Franco.

Mercado livre. A Abraceel recebeu 208 casos concretos de problemas na migração entre as associadas nos 12 meses entre junho de 2023 e junho de 2024, por meio de uma plataforma para denúncias. A associação representa 113 comercializadoras, que negociam 70% do volume de energia no segmento.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 16/08/2024

EXCLUSÃO DO COPROCESSADO AFETA VIDA ÚTIL DA REFINARIAS, DIZ IBP

Relatório do Combustível do Futuro mantém combustível da Petrobras de fora de mistura obrigatória
Por Gabriel Chiappini 16 de agosto de 2024 Em Combustíveis, Congresso, Empresas, Petróleo e gás, Política energética

BERLIM – O relatório do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) para o Combustível do Futuro (PL 528/2020) manteve a decisão da Câmara dos Deputados de não incluir o coprocessado das opções consideradas elegíveis para o mandato de diesel verde.

A decisão atende à demanda dos produtores de biodiesel, que se posicionaram contra a inclusão na nova legislação.



Instalações da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária/PR (Foto: Tauan Alencar/MME)

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) entende que com o não reconhecimento da parcela renovável do coprocessamento de óleo vegetal na produção de diesel, o futuro das refinarias de petróleo fica comprometido.

coprocessamento fosse incluído, já que é uma maneira eficaz de descarbonizar e também de estender a vida útil das refinarias de petróleo”, comentou Ana Mandelli, diretora executiva interina do IBP, à agência epbr.

“Fico feliz que o relatório tenha reforçado a importância da descarbonização e de novos biocombustíveis, mas esperávamos que o

“Na medida que eu vou estimulando também esse mercado [do coprocessado], as refinarias podem ir se adaptando ao longo do tempo e sendo utilizadas por muito mais tempo, promovendo efetivamente esse novo mercado de baixo carbono”, completa.

A principal interessada na inclusão do coprocessado é a Petrobras, com o seu chamado Diesel R, resultado do coprocessamento de óleo vegetal em refinarias de petróleo. Um processo que a estatal defende como uma aliança estratégica entre a indústria de petróleo e o agronegócio.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu na última quinta (15/8) que o Diesel R tem potencial para fortalecer a integração entre esses setores, uma vez que a companhia adquire óleo vegetal de produtores nacionais para sua produção.

A exclusão do Diesel R do mandato de diesel verde gera um impacto significativo para a Petrobras, que buscava assegurar sua participação de biocombustíveis no mercado de diesel, estimado em mais de 60 bilhões de litros por ano no Brasil.

A inclusão do coprocessado na legislação daria à estatal a segurança jurídica necessária para continuar investindo nesse mercado.

O PL do Combustível do Futuro segue agora para discussão na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado, em sessão marcada para terça (20/9). Se alterado, retorna à Câmara dos Deputados.

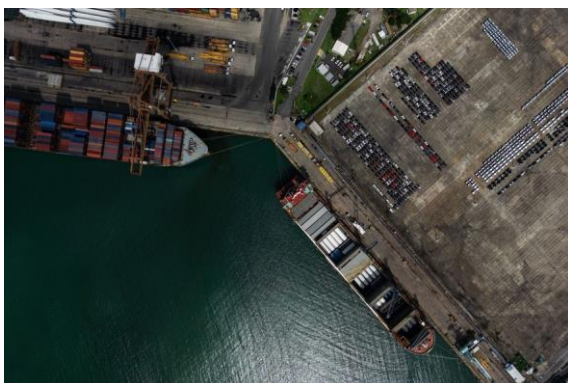
*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 16/08/2024*



JORNAL O GLOBO – RJ

PRÉVIA DO PIB CRESCE 1,4% EM JUNHO E FICA ACIMA DAS EXPECTATIVAS

Indicador teve alta de 3,2% em relação a junho do ano passado
Por **Bernardo Lima** — Brasília



Porto de Suape, em Pernambuco: atividade econômica do Brasil surpreendeu no primeiro trimestre

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado como prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 1,40% em junho em relação ao mês anterior, após uma alta de 0,25% em maio, divulgou o Banco Central (BC) nesta sexta-feira. Resultado registrado ficou acima das expectativas projetadas pelo mercado.

O resultado veio acima da mediana das estimativas colhidas pelo Valor Data, de avanço de 0,6%. O dado também ficou dentro do intervalo das projeções, que iam de alta de 0,08% a crescimento de 1,4%.

Comparado com o mesmo período no ano passado, o indicador teve uma alta de 3,2%. No acumulado de 12 meses até junho o avanço foi 1,6%, enquanto no ano, houve um crescimento de 2,1%.

Já no trimestre encerrado em junho, foi registrado uma alta de 1,1% em relação ao trimestre anterior. Em comparação com mesmo trimestre do ano passado, o crescimento foi de 2,8%.

Após a divulgação do dado nesta sexta, analistas da Goldman Sachs disseram em relatório esperar que a atividade econômica brasileira continue a crescer, impulsionada pelos programas sociais de transferência de renda que são focados em um público com alta propensão a consumir, aumento do salário mínimo e pela inversão do ciclo do crédito.

Os analistas, no entanto, fazem ressalvas sobre os níveis elevados de endividamento das famílias e aumento da incerteza política no Brasil.

O economista-chefe da G5 Partners Luiz Otávio Leal, diz que o resultado consolida a visão de que o PIB do segundo trimestre será forte, mesmo com os impactos econômicos das chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul entre abril e maio.

— No nível macro, a atividade no Brasil e no estado acabaram mostrando maior resiliência do que antecipado anteriormente por grande parte dos analistas. De fato, o crescimento de 1,1% do IBC-Br no segundo trimestre está em linha com a nossa expectativa de expansão do PIB de 1,0% para o mesmo período. É um crescimento forte e, se efetivamente verificado, será inclusive maior que o do primeiro trimestre (+0,8%), que já havia chamado atenção — analisa o especialista.

O IBC-BR leva em consideração informações sobre o nível de atividade de indústria, comércio e serviços, e agropecuária, além do volume de impostos. O indicador do BC, de frequência mensal, mede a evolução da atividade econômica e auxilia a autoridade monetária em decisões como possíveis alterações na taxa básica de juros, a Selic.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/08/2024

IBC-BR VEM O DOBRO DO ESPERADO E MONITOR INDICA BOA NOTÍCIA NO FUTURO

Economista diz que alta de investimentos em máquinas e equipamentos registrada agora é indicativo de crescimento para o futuro

Por Luciana Casemiro



Plataforma de petróleo e investimento em máquinas e equipamentos puxaram crescimento da atividade econômica — Foto: Helmut Otto/Agência Petrobras

A semana se encerra com mais um dado positivo para a economia. Considerado uma prévia do PIB, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central do Brasil, subiu 1,40% em junho frente a maio. A variação foi muito acima da estimativa do mercado, que era de 0,40% a 0,50%. Frente ao trimestre imediatamente anterior a alta foi de 1,1%. No ano, a alta acumulada é de 2,1%, em 12 meses de 1,6%. Quando comparado a junho de 2023, o avanço é de 3,2%. Dados do Monitor do PIB do FGV Ibre, divulgado também nesta sexta-feira, indicam que o desempenho dos próximos trimestres devem ser bons. Isto porque, houve um crescimento de 14,5% nos investimentos em máquinas e equipamentos em relação ao primeiro trimestre, de forma geral, a formação bruta de capital fixo teve alta de 7,3%, o que é indicativo de crescimento futuro, explica Claudio Considera, coordenador de Contas Nacionais do FGV Ibre.

- Os números mostram uma tendência de aceleração, de crescimento robusto, o que indica uma alta do PIB acima dos 2%. Além do consumo em crescente, houve um crescimento de máquinas e equipamentos estamos falando em melhora da capacidade produtiva. E é esse o indicador que aponta para o crescimento futuro. Isso quer dizer é que a expectativa é de bom desempenho nos próximos trimestres - diz Considera, acrescentando que a entrega de uma plataforma de petróleo teve impacto nos dados de investimentos.

Juliana Trece, coordenadora do Monitor do PIB, ressalta que a taxa de investimento cresceu 17,8% no segundo trimestre em relação ao anterior:

- Olhando o nosso passado recente é uma taxa muito boa, ano passado a taxa foi muito ruim. No início deste ano, começou a melhorar e agora melhorou mesmo, foi para 17,8%. Quando a gente olha o histórico do país, essa taxa ainda não é uma taxa das mais elevadas. No início da década de 2010, as taxas eram em torno de 20%. Mas dado o nosso contexto mais recente, é uma taxa que está com uma tendência ascendente.

Rafael Perez, economista da Suno Research, destaca que neste segundo trimestre vários indicadores surpreenderam positivamente:

- O mercado esperava menos da metade do crescimento apontado pelo IBC-Br. O segundo trimestre surpreendeu positivamente em diversas atividades. Serviços veio mais forte, indústria retomando de forma relevante, varejo, principalmente o varejo ampliado, também retomando, crescendo de forma importante. O varejo tem sido o principal destaque positivo. E aí, por trás de tudo isso, você tem um mercado de trabalho muito sólido, taxa de desemprego caindo abaixo de 7%, criação de vagas formais também crescendo e salários se elevando, avançando no ano de forma bastante importante. Então isso tem proporcionado um forte aumento de consumo e de renda. Outro ponto importante, é a retomada do setor de crédito, temos visto as taxas para pessoa física e jurídica caindo, isso acabou favorecendo muito esse dado de atividade econômica e culmina num IBC-Br bem mais forte. E por conta desse cenário temos revisado para cima nossas estimativas de PIB.

- Os dados do IBC-Br costumam vir mais altos que o do Monitor, dessa vez, no entanto, estão completamente alinhados. Nós também projetamos crescimento de 1,1% no trimestre e de 1,6% no ano. Os números todos estão bons.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/08/2024

LULA DIZ QUE ESTUDA ISENTAR DO IMPOSTO DE RENDA O PLR DESTINADO A EMPREGADOS

Presidente também voltou a falar em isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil

Por Bernardo Lima e Alice Cravo — Brasília



O presidente Lula durante reunião ministerial, no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a afirmar nesta sexta-feira que vai isentar do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil ao mês. Promessa de campanha do presidente, medida ainda não foi implementada pelo governo, que enfrenta momento de equilíbrio nas contas públicas. Ele ainda disse que o governo estuda isentar os trabalhadores sobre lucros ou resultados das empresas.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, presidente garantiu que a isenção "está de pé", mas ressaltou que é preciso definir uma medida compensatória para minimizar os efeitos da isenção no sistema tributário.

— Ta de pé, e vamos fazer. Vamos fazer porque, veja eu sei que é difícil mudar as coisas porque toda vez que você vai isentar uma pessoa de pagar alguma coisa, você precisa ver o que vai colocar no lugar. É justo que as pessoas que recebem até R\$ 5 mil tenham mais dinheiro para comer, para cuidar da família — disse o presidente.

Durante a entrevista, o presidente ainda disse que o governo também estuda o fim da cobrança de imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) dos trabalhadores.

— Nós cobramos imposto de renda do PLR, da participação do lucro dos trabalhadores. Essa é uma coisa que eu estou pensando como a gente vai conseguir não cobrar do PLR, porque o trabalhador trabalha o ano inteiro, produz, chega o final do ano recebe o PLR e paga 27% do Imposto de Renda — afirmou Lula.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/08/2024

LULA DIZ QUE VAI 'TROCAR O BC' E QUE TEM EXPECTATIVAS DE QUE A TAXA DE JUROS VÁ CAIR

Presidente, no entanto, não garantiu a indicação de Gabriel Galípolo ao comando da autoridade monetária

Por Bernardo Lima e Alice Cravo — Brasília



O presidente Lula durante reunião ministerial, no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira que vai "trocar" o comando do Banco Central (BC) e que trabalha com a expectativa de que a taxa básica de juros, a Selic, vá cair.

Segundo o presidente, a diminuição da Selic está relacionada também à taxa de juros do Federal Reserve (Fed), o banco central americano.

— Vamos trocar o Banco Central, trabalho com a expectativa de que a taxa de juros comece a cair. Espero que a taxa de juros do banco central americano comece a cair para que a gente possa ter mais tranquilidade — disse Lula em entrevista à Rádio Gaúcha.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve, em sua última reunião, a taxa Selic em 10,50%. Na ata da reunião, no entanto, a autoridade monetária afirmou que o controle das estimativas de inflação, que estão em alta, e não afastou a possibilidade de "eventuais ajustes

futuros" na taxa de juros, com possíveis aumentos na Selic, "serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta".

O mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, se encerra no fim deste ano. O diretor da autoridade monetária e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, desponta como favorito para ter a indicação de Lula ao cargo.

Durante a entrevista, no entanto, Lula desconversou e não garantiu que vai indicar Galípolo para presidência da autoridade monetária.

— Não sei se é o Galípolo, eu sei é que eu tenho direito de indicar agora o presidente do BC e mais alguns diretores, pretendo antes de indicar conversar com o presidente do Senado com o presidente da Comissão para que as pessoas as serem indicadas sejam votadas logo para que não fique sofrendo desgaste de especulação política durante meses — disse.

Lula garantiu que o nome que assumir o comando do BC não vai "dever favor" ao presidente, e terá "compromisso com o povo brasileiro".

— A pessoa que eu indicar não deve favor ao presidente da República. A pessoa vai ter compromisso com o povo brasileiro. Na hora que tiver que reduzir a taxa de juros vai ter que ter coragem de dizer que vai reduzir. Na hora que precisar aumentar, vai ter que ter a mesma coragem e dizer que vai aumentar. É assim que funciona.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/08/2024

DIVIDENDOS DE ESTATAIS COMO BNDES E PETROBRAS DÃO AJUDA EXTRA AO GOVERNO PARA EQUILIBRAR CONTAS

Ministério da Fazenda conta com distribuição de lucros adicionais das empresas públicas para manter a busca da meta fiscal de déficit zero

Por Thais Barcellos e Eliane Oliveira — Brasília



Dividendos de estatais como BNDES e Petrobras dão ajuda extra ao governo para equilibrar contas — Foto: Montagem

Em busca de meios para fechar as contas deste ano, a equipe econômica tem uma nova carta na manga para alcançar o equilíbrio: os dividendos do BNDES. No governo, já está claro que serão requisitados mais recursos do banco de fomento estatal se isso for necessário para atingir a meta fiscal ou evitar novos contingenciamentos.

O presidente da instituição, Aloizio Mercadante, já sinalizou disposição de ajudar o Ministério da Fazenda. Há, ainda, confiança que a Petrobras também deverá dar sua contribuição com a distribuição da outra metade dos dividendos extraordinários de 2023, mesmo após o primeiro prejuízo desde 2020, registrado no segundo trimestre.

No caso do BNDES, a equipe do ministro Fernando Haddad, vai avaliar o tema e, se necessário, requisitar o dinheiro. É obrigatório por lei o repasse de 25% do lucro do BNDES ao governo, mas o estatuto do banco permite que a fatia chegue a 60% em dividendos complementares.



Já foi aprovada neste ano a distribuição de R\$ 15 bilhões para a União, dos quais cerca de R\$ 10 bilhões são referentes ao lucro de 2023, ou 50% do resultado. Haveria, portanto, mais R\$ 2 bilhões que poderiam ser requisitados relativos ao ano passado. Esse valor extra é retirado de uma conta de reserva, abastecida com 35% do lucro do banco.

Nesta semana, o BNDES divulgou lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões no primeiro semestre, um salto de 94,3% ante o mesmo período de 2023. Na ocasião, Mercadante, afirmou que há intenção de distribuir mais dividendos ao Tesouro Nacional, de modo a contribuir com o “esforço” da Fazenda de equilibrar as contas do governo.

Além da fatia complementar do lucro de 2023, o diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do banco, Alexandre Abreu, disse que há mais reservas relativas a anos anteriores.

Uma maior distribuição de dividendos pelo BNDES é considerada natural pela equipe econômica, visto que a União é o único acionista do banco, que está saudável, vem dando lucro e tem sobra de capital. Pior seria correr o risco de não cumprir a meta fiscal, gerando prejuízos de credibilidade para o governo, com efeitos sobre a inflação e as taxas de juros.

Estratégia não é nova

Um interlocutor da Fazenda acrescenta que há “vários cenários” em estudo sobre o BNDES. O governo vai requisitar uma parcela do lucro do banco “se for preciso para não haver contingenciamento ou para fechar as contas do ano”.

A estratégia não é nova. Presidentes anteriores já contaram com essa ajuda para cumprir a meta fiscal, como Jair Bolsonaro e Dilma Rousseff.

O banco já devolveu a maior parte do montante de R\$ 440,8 bilhões captados junto ao Tesouro Nacional entre 2008 e 2014, mas esses recursos são financeiros e só podem ser usados para abater a dívida pública.

A contribuição da Petrobras para a meta fiscal de 2024 também já é dada como certa no Ministério da Fazenda, mesmo após o prejuízo bilionário no segundo trimestre deste ano.

O Conselho de Administração da estatal ainda tem de decidir se vai distribuir a segunda metade dos dividendos extraordinários relativos ao resultado do ano passado, mas a contribuição já é considerada nas projeções do governo para o equilíbrio fiscal deste ano.

Um integrante da equipe econômica afirma que os dividendos ainda não foram pagos em sua totalidade, mas já estão comprometidos. No primeiro semestre, após impasse em torno da capacidade de investimento da empresa, a companhia distribuiu R\$ 21,95 bilhões em dividendos extraordinários, dos quais R\$ 6 bilhões foram destinados aos cofres da União, que detém a maioria das ações.

Nas previsões orçamentárias, já são considerados mais R\$ 13 bilhões em dividendos extraordinários da estatal.

A Petrobras também já contribuiu com o esforço fiscal no ano ao fechar um acordo tributário com a União que renderá R\$ 11,85 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Procurados, BNDES e Petrobras não se manifestaram.

Ainda há dúvidas entre os analistas sobre a capacidade de arrecadação do governo com algumas fontes extraordinárias, como os desempates nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a concessão de ferrovias.

Em relação a possíveis surpresas em despesas obrigatórias, a saída deve ser o aumento do bloqueio em gastos discricionários.



Déficit no limite da meta

Atualmente, a projeção do governo é de déficit primário de R\$ 28,8 bilhões este ano, já no limite de tolerância da meta zero.

No mês passado, o governo congelou R\$ 15 bilhões no orçamento para cumprir as regras fiscais. Foram R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento para ficar dentro da meta de resultado primário e R\$ 11,2 bilhões em bloqueios para não superar o limite de gastos e fazer frente ao crescimento ininterrupto de despesas com benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A contenção fiscal causou estresse nos ministérios, que correram para gastar de modo a tentar evitar cortes em programas importantes.

Para se precaver, caso seja necessário novo congelamento, o Ministério do Planejamento colocou limites para o empenho das pastas nos próximos meses.

Além do caminho via dividendos, o Ministério da Fazenda espera obter R\$ 26 bilhões com a aprovação da compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 16/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LIRA DEFLAGRA RETALIAÇÃO E TIRA DA GAVETA PEC QUE PERMITE AO CONGRESSO SUSTAR DECISÕES DO STF

Presidente da Câmara envia à Comissão de Constituição e Justiça proposta que dá poderes a deputados e senadores de anularem julgamentos do Supremo

Por Iander Porcella (Broadcast) e Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), enviou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta sexta-feira, 16, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que limitam o poder do Supremo Tribunal Federal (STF). O movimento ocorre após a Corte formar maioria no plenário para manter a decisão do ministro Flávio Dino de suspender as emendas parlamentares ao Orçamento. O magistrado exigiu que o Congresso crie regras para a execução desses recursos que observem requisitos de transparência, rastreabilidade e eficiência.

Uma das PECs, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), limita as decisões monocráticas de ministros do STF. A proposta foi aprovada no ano passado no Senado. Estava na gaveta de Lira desde dezembro e dali não saiu. Segundo a assessoria de Lira, ele assinou o despacho na quarta-feira, 14, mas só nesta sexta-feira, 16, foi registrado no sistema da Câmara. Naquele dia, Dino havia assinado decisão suspendendo as chamadas emendas impositivas, aquelas em que o governo federal é obrigado a enviar os recursos para cidades e estados indicados pelos parlamentares.

A outra PEC, apresentada pelo deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR), permite que o Legislativo suste decisões da Corte pelo voto de dois terços da Câmara e do Senado. O texto foi apresentado em julho deste ano e também aguardava um despacho do presidente da Câmara.



O presidente da Câmara, Arthur Lira, enviou para CCJ proposta que limita poderes do Supremo Foto: Wilton Junior/ Estadão

“Nas decisões do Supremo Tribunal Federal, no exercício da jurisdição constitucional em caráter concreto ou abstrato, se o Congresso Nacional considerar que a decisão exorbita do adequado exercício da função jurisdicional e inova o ordenamento jurídico como norma geral e abstrata, poderá sustar os seus efeitos pelo voto de dois terços dos membros de cada uma de suas Casas Legislativas, pelo prazo de dois anos, prorrogável uma única vez por igual

período”, diz a PEC de Reinhold.

A proposta também define que os relatores de processos nos tribunais superiores devem submeter imediatamente para decisão colegiada as medidas cautelares “de natureza cível ou penal necessárias à proteção de direito suscetível de grave dano de incerta reparação, ou ainda destinadas a garantir a eficácia da ulterior decisão da causa”. A medida cautelar, de acordo com o texto, teria de ser inserida na sessão subsequente do plenário.

A PEC do Senado veda as decisões monocráticas de ministros que suspendam eficácia de leis e atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara, exceto durante o recesso do Judiciário em casos de grave urgência ou perigo de dano irreparável. Nessas hipóteses, as decisões precisarão passar pelo colegiado dos tribunais em até 30 dias após o fim do recesso.

Comissão Mista de Orçamento deu primeiro recado

Com as emendas Pix bloqueadas por decisão de Dino, a primeira reação do Congresso veio na quarta-feira, 14. A Comissão Mista de Orçamento rejeitou Medida Provisória (MP) que previa recomposição orçamentária de R\$ 1,3 bilhão para o Poder Judiciário e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Naquele dia, o único deputado a criticar o movimento contra o Judiciário foi Orlando Silva (PCdoB-SP).

“Objetivamente, me parece uma resposta política a uma decisão manifestada por um ministro do Supremo Tribunal Federal”, disse Orlando. “A resposta baseada em uma reação intempestiva não ajuda. Deveríamos ter resposta, se necessário for, baseada na razão. Se erro foi cometido pelo Supremo, (com) outro erro do Parlamento, somar dois erros não produz um acerto”, emendou.

Lira já havia demonstrado publicamente desconforto com as decisões de Flávio Dino. “Não podem mudar isso, com todo o respeito, num ato monocrático, quaisquer que sejam os argumentos e as razões, por mais que elas pareçam razoáveis”, afirmou na última terça-feira, 13, durante jantar das Santas Casas, ao defender a autonomia do Congresso para enviar emendas.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, negou nesta sexta-feira o pedido do Congresso e de 11 partidos políticos para que a decisão de Dino sobre as emendas fosse derrubada. No recurso à Corte, a Câmara e o Senado disseram que a determinação do ministro “viola patentemente” a separação entre os Poderes e causa “dano irreparável à ordem jurídica”.



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino em audiência de conciliação para discutir o orçamento secreto Foto: WILTON JUNIOR/Estadão

Deputados e senadores chegaram a prever para esta semana a votação de mudanças nas chamadas emendas Pix para dar mais transparência nos repasses. A análise ocorreria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas o item foi retirado de pauta após a nova decisão de Dino e, em vez disso, foi



rejeitada uma Medida Provisória que aumenta a verba para o Judiciário, em retaliação ao STF.

Até então, o ministro havia suspenso apenas a operação das emendas Pix, que são uma parte das emendas individuais. A nova decisão, contudo, afeta todas as individuais e também as emendas de bancada estadual. Dino já havia pedido mais transparência nas emendas de comissão, que não são impositivas.

A ideia do Congresso é delimitar o objeto das emendas Pix, ou seja, explicitar para qual fim o dinheiro está sendo usado (para qual obra ou política pública específica). Hoje, não fica claro como as prefeituras estão usando as verbas, embora o nome do deputado que enviou a emenda possa ser identificado.

Emendas parlamentares são recursos no Orçamento da União que podem ser direcionados pelos deputados e senadores a seus redutos eleitorais. Hoje, existem três modalidades: as emendas individuais, a que cada deputado e senador tem direito, as de bancada estadual e as de comissão. As duas primeiras são impositivas, ou seja, o pagamento é obrigatório, embora o governo controle o ritmo da liberação.

As emendas Pix (batizadas com esse nome em referência ao sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central) são uma forma de manejar as emendas individuais e permitem a destinação direta de recursos federais a Estados e municípios sem controle e fiscalização.

O pano de fundo do imbróglio é uma disputa de poder entre o Executivo e Legislativo, arbitrada pelo Judiciário. O orçamento secreto foi declarado inconstitucional pelo STF após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas parte dos recursos continuou nas mãos do Congresso, após um acordo feito com o Planalto.

Agora, os parlamentares veem nova ofensiva do governo federal, em aliança com o Judiciário, para retomar mais poder sobre o Orçamento. Principalmente porque Dino foi indicado por Lula para a Corte.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/08/2024

UM ANO DE PAC: SÓ METADE DAS OBRAS PASSOU DA FASE PRELIMINAR ATÉ O ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA

Dos 11.656 empreendimentos, 5.666 ainda estão em 'ação preparatória'; Casa Civil diz que isso não significa que elas não foram iniciadas, apenas que estão em fase de formalização, legislação, retomada e outras ações

Por Sofia Aguiar (Broadcast) e Caio Spechoto (Broadcast)

BRASÍLIA - Um ano após ser lançado, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda tem cerca de metade dos empreendimentos anunciados em sua primeira leva em "ações preparatórias" - ou seja, estão num estágio anterior à obra propriamente dita. O levantamento foi feito pelo Estadão/Broadcast Político com base na lista de ações divulgada pelo próprio governo, que chega a contar como "em execução" obras paradas. Ou seja, pode haver menos empreendimentos do PAC sendo efetivamente executados.

De acordo com os dados da Casa Civil, o programa tinha em seu lançamento, em 11 de agosto do ano passado, 11.656 empreendimentos. Um ano depois, 5.666 ainda estão em "ação preparatória". Outros 146 que estão em fase de licitação ou leilão.

Os empreendimentos com o status "em execução" somam 4.908. Já aqueles que foram concluídos, segundo a Casa Civil, são 936. Os dados divulgados pelo ministério não mostram o percentual de execução de cada empreendimento, nem prazos para conclusão.



O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva lançou o novo PAC em 11 de agosto de 2023 Foto: PEDRO KIRILOS

“Os PACs dos governos do PT nunca foram concluídos na sua integralidade”, criticou o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ). “Isso aí era anunciado, tolos são aqueles que acreditaram”, declarou o senador à reportagem. Desde o primeiro lançamento, em 2007, no segundo mandato de Lula, o PAC sofreu com atrasos, cancelamentos e suspensão de obras. Outro problema foram os constantes aumentos nos valores de investimentos das obras.

Procurada, a Casa Civil disse que uma obra estar “em ação preparatória” não significa que ela não foi iniciada. “Significa que está em andamento toda parte de formalização, legislação, retomada e outras ações que estão em curso, mas que não caracterizam a obra em execução”, afirmou o órgão. “A mesma informação vale para as que estão em leilão/licitação, que é uma das possíveis etapas até o início da obra”, declarou a pasta.

Ritmo

Situação dos empreendimentos anunciados no lançamento do novo PAC, em agosto de 2023

Total de empreendimentos anunciados	11.656
Em ação preparatória	5.666
Em execução	4.908
Em fase de licitação ou leilão	146
Concluídos	936

Gráfico: Estadão • Fonte: Casa Civil • [Obter dados](#)

Além das obras do lançamento do programa, nos meses seguintes foram incluídas ações a pedido de prefeitos e governadores - o que o governo chama de PAC Seleções. A reportagem computou apenas as obras da primeira leva.

Obras paradas

O levantamento identificou duas obras que constam na lista da Casa Civil como “em execução”, mas que, na prática, estão paradas. No Acre, a ponte sobre o rio Juruá precisa de uma licença ambiental para ter a construção iniciada. Já no Rio Grande do Sul, os acessos à ponte do rio Guaíba estão com as obras paralisadas porque ainda não há uma empreiteira contratada para continuar a construção.

“Sobre as duas obras citadas, segundo os critérios estabelecidos para o monitoramento dos empreendimentos no Novo PAC, estes encontram-se com fase ‘em planejamento’ e situação ‘em elaboração de projeto’. Isso significa que os empreendimentos estão em andamento, não necessariamente da obra, mas as fases que a antecedem, no caso, o desenvolvimento dos projetos”, afirmou a Casa Civil.

Diante das inconsistências apontadas pela reportagem, a Casa Civil afirmou que a área técnica “trabalha em ajustes na metodologia de classificação, com vistas a facilitar a demonstração da situação do empreendimento no site”. “O compromisso é que as informações sejam ainda mais transparentes para o público geral. Ressaltamos que aperfeiçoamento e melhorias sempre são considerados e implementados”, complementou.

Reclamação contra a burocracia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cobrado os ministros para acelerar as obras do PAC. O programa está emperrado nos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, duas áreas caras ao chefe do Executivo, como mostrou na quarta-feira, 8, o Estadão/Broadcast Político.



Em seus discursos, o petista costuma reclamar da burocracia, que atrasa ações do governo. “O mandato é só de quatro anos, daqui a pouco a gente termina o mandato e não consegue executar”, disse Lula durante evento de assinatura de contrato para destinação de recursos do Fundo Amazônia a ações de fortalecimento do Plano Amazônia: Segurança e Soberania - AMAS, em junho.

O andamento das obras do PAC varia de lugar para lugar. Em Sergipe, por exemplo, na duplicação da BR-101 Sul e Norte, os trechos caminham em velocidades diferentes. De acordo com informações da área técnica, são 25 km de duplicação da BR-101 Norte. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já entregou 5,7 km e pretende concluir a entrega no ano que vem.

Já no trecho Sul, que conta com 50 km de duplicação, a obra ainda está em fase preparatória e o edital do empreendimento deve ser publicado até o fim do ano. A expectativa é que as obras nesse trecho comecem só em 2025. No site do PAC, o empreendimento está classificado como “em execução”.

O Rio Grande do Sul também teve problemas devido às enchentes que atingiram o Estado no primeiro semestre deste ano. O superintendente do Dnit no local, Hiratan Pinheiro da Silva, disse à reportagem que houve atrasos durante o período em que algumas obras ficaram submersas.

“É claro que a retomada foi mais lenta em razão das limitações de acesso, mas agora já está normal”, declarou Pinheiro da Silva. Segundo ele, a exceção é uma obra tocada pelo Exército que foi paralisada para os militares atenderem pessoas atingidas pelas chuvas.

Vitrine do governo

O Novo PAC foi lançado em 11 de agosto de 2023 por Lula no Rio de Janeiro, com investimentos de R\$ 1,7 trilhão em todos os Estados até 2026. Os investimentos previstos com recursos do Orçamento Geral da União somam R\$ 371 bilhões e os das empresas estatais, R\$ 343 bilhões. Também entram na conta financiamentos, na ordem de R\$ 362 bilhões, e desembolsos do setor privado, em um total de R\$ 612 bilhões.

A cerimônia do ano passado contou com a presença da ex-presidente Dilma Rousseff, do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), governadores e diversos ministros do governo. Durante a fala, Lula disse que o ato marcava o começo de seu governo.

“O PAC é o começo do nosso terceiro mandato. Porque, a partir do PAC, o ministro vai parar de ter ideia. O ministro vai ter de cumprir o que foi aprovado aqui e trabalhar muito para a gente poder executar esse PAC”, declarou o presidente, na ocasião.

Resultados ruins dos PACs anteriores

O anúncio de um novo PAC pelo governo federal sempre foi visto com muita desconfiança por especialistas. Entre os motivos do ceticismo estavam o fato de muitos empreendimentos anunciados no passado terem projetos mal estruturados e de parte das obras não ter sido finalizada, além do envolvimento em grandes escândalos de corrupção.

No caso da primeira edição do PAC, por exemplo, relatórios do governo apontavam que os empreendimentos concluídos entre 2007 e 2010 chegavam a R\$ 444 bilhões, o que correspondia a 82% do previsto para o período. Para o PAC 2, os documentos indicavam R\$ 796,4 bilhões, ou 99,7% do previsto.

Estudo da consultoria Inter.B de 2016, porém, mostrou que esses números foram superestimados, dado que houve uma superposição de cerca de 61% das ações do PAC 1 e do PAC 2. Indica ainda que, na verdade, apenas 50,9% das ações do PAC 1 haviam sido concluídas e 52,9% das do PAC 2.

A consultoria também analisou uma amostra dos principais projetos do PAC e concluiu que, entre dezembro de 2010 e dezembro de 2014, o aumento médio do custo e do prazo de entrega das obras no setor de transportes foi de 46% e 89%, respectivamente. Em energia, foi de 51% e de 78%.

“O que aconteceu no PAC – e em muitos projetos fora do PAC também – é que os gastos foram acima do planejado, a execução foi falha e, por isso, houve grandes atrasos”, disse Claudio Frischtak, fundador da Inter.B, em entrevista ao Estadão no ano passado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/08/2024

FALTA DE REGULAÇÃO E DE ESTÍMULOS BARRA AVANÇO DA INDÚSTRIA VERDE NO BRASIL

Potencial do País para liderar setor e oportunidades de negócio para energias renováveis foram discutidos nesta sexta-feira em painel na Rio Innovation Week

Por Leandro Becker

Apesar do potencial natural e da forte matriz energética renovável, o Brasil tem obstáculos no caminho para se tornar uma referência internacional na indústria verde. Entre eles, está a falta de regulamentação e de estímulos. As alternativas para romper essas barreiras estiveram no centro de um debate sobre o tema nesta sexta-feira, 16, na Rio Innovation Week, evento de tecnologia e inovação realizado no Pier Mauá, no Rio de Janeiro (RJ).

Presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Elbia Gannoum destacou a importância de o setor industrial se unir para conseguir sensibilizar os governantes para avançar de forma consistente. “Precisamos falar de indústria de energia e não de setores separadamente, pois o grande desafio nesta transição energética é alocar da melhor forma possível os recursos, que são escassos”, ponderou.



Rodrigo Rollemberg, Elbia Gannoum e Fernanda Delgado destacaram, na Rio Innovation Week, o que falta para o Brasil aproveitar melhor a vocação para a liderança em energia verde Foto: Foto: Leandro Becker/Estadão

Elbia pontuou que a regulação das diferentes cadeias, como eólica, hidrogênio verde e mercado de carbono, é fundamental para garantir segurança jurídica e atrair investidores. “O Brasil tem recursos naturais abundantes, mas isso não significa que estamos prontos. Para atrair investimentos e essas novas tecnologias, é preciso criar um ambiente legal

e regulatório e trabalhar em mecanismos de incentivo. Outra questão são financiamentos, para permitir que a produção dessas energias seja competitiva”, disse.

Segundo ela, outros países têm avançado de forma consistente em políticas para a indústria verde. “A Europa criou acordos e tem um aparato político muito forte, inclusive associado a subsídios. A China e os Estados Unidos, que são grandes potências, também têm atuado nesta direção. E isso é um desafio para nós, pois o Brasil não dispõe de recursos do Tesouro Nacional para fazer esse tipo de subsídio. Mas é necessário agir para criar um ambiente saudável de investimento”, ressaltou.

Secretário de economia verde, descarbonização e bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg destacou durante o painel que o momento é “propício” para o debate sobre energias renováveis. Ele ainda enfatizou que o Brasil tem potencial para liderar o setor globalmente. “Somos o país ideal para receber indústrias do mundo todo que precisam descarbonizar seus processos produtivos de maneira acelerada, segura e barata”, salientou.

Ao tratar sobre incentivos fiscais ao setor, o secretário citou a recente sanção da lei que regula a produção de hidrogênio verde como um exemplo da importância do fomento à indústria verde. “Havia uma resistência natural do governo em conceder incentivos em função da situação fiscal, mas a



associação apresentou um estudo mostrando que, quando esses incentivos entrarem em vigor a partir de 2028, o conjunto de benefícios que a economia já terá recebido é muito maior do que os R\$ 18 bilhões desembolsados”, explicou.

Rolleberg ainda enfatizou que o hidrogênio verde tende a ter um papel cada vez mais relevante para o País. “É importante para desenvolver parques de geração elétrica renovável e contribuir com a descarbonização de setores intensivos de energia e de difícil abatimento. Ali na frente vão precisar de hidrogênio para produzir aço, fertilizante, cimento e outros produtos. Vislumbro oportunidades históricas para o Brasil”, frisou.

Pressão no Congresso

Ao detalhar o cenário atual do setor de energia eólica offshore (gerada através da força do vento em alto-mar), Elbia, da ABEEólica, disse que já há muitos pedidos de licenciamento junto ao Ibama, o que é um sinal de interesse dos investidores e do potencial do segmento. “Os estudos mostram que a eólica offshore gera 17 postos de trabalho para cada megawatt (MW) instalado. Então, o efeito multiplicador na economia desses investimentos é grande, e o Brasil precisa aproveitar essa oportunidade”, salientou.

Por isso, segundo ela, o setor tem trabalhado para sensibilizar o governo federal e o Congresso sobre a relevância da aprovação de projetos da agenda verde. Um deles trata especificamente das eólicas offshore e, de acordo com Elbia, a expectativa é de que o relatório da proposta seja apreciado pelo Senado nas próximas semanas.

“A partir disso, o Brasil vai poder preparar a sua regulação para realizar o primeiro leilão de cessão de uso do mar. Isso é importante porque não estamos falando de resultados de curto prazo, mas de uma decisão hoje para que investimentos ocorram daqui oito a dez anos. Avançar nisso significa ter um parque eólico rodando a partir de 2031 ou 2032”, afirmou a presidente executiva da ABEEólica.

Oportunidades para o País

Também participante do painel, Fernanda Delgado, CEO da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), reiterou que o fortalecimento do setor de energias renováveis passa pelo reconhecimento das necessidades e oportunidades que o País tem, em especial diante das mudanças climáticas. “Há muitos projetos para serem aprovados dessa agenda verde, e a sociedade tem de ser trazida para o debate, pois ela faz pressão para os governos pautarem propostas relevantes”, pontuou.

Rolleberg endossou a importância do avanço das propostas no Congresso. Segundo ele, é crucial assegurar segurança jurídica às empresas, que terão de fazer grandes investimentos em longo prazo. “Estamos em um momento que o tempo vale muito. Então, essa mobilização das entidades representativas e das empresas do setor é importante para mostrar aos parlamentares a importância que isso tem para a indústria brasileira”, frisou.

O secretário ainda disse que a aprovação da agenda verde terá um impacto ainda maior porque os projetos são complementares. “Um exemplo é o mercado de carbono. Ao trocar o combustível fóssil por hidrogênio, isso vai gerar um crédito de carbono que pode abater o custo da atividade produtiva. Então, precisamos fazer uma ação coordenada junto ao Congresso para aprovar o mais rápido possível toda essa agenda. Se isso ocorrer, o Brasil tem tudo para assumir a liderança mundial em economia verde”, projetou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/08/2024

CAMPOS NETO: SE AUMENTAR JUROS FOR NECESSÁRIO PARA LEVAR INFLAÇÃO AO CENTRO DA META, FAREMOS ISSO

Presidente do Banco Central diz que tentou escapar dos ruídos políticos neste fim de gestão e que esforço monetário do Brasil está em linha com o que ocorre em outros países

Por Cicero Cotrim (Broadcast) e Célia Froufe (Broadcast)

BRASÍLIA - Os nove membros do Comitê de Política Monetária (Copom) estão dispostos a fazer tudo o que for necessário para garantir a convergência da inflação ao centro da meta, inclusive voltar a aumentar a taxa Selic, disse nesta sexta-feira, 16, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

“Todos os diretores têm adotado esse discurso, que é basicamente o que escrevemos no comunicado”, afirmou, em evento organizado pelo Barclays, em São Paulo. “Não estamos dando um guidance (orientação), mas faremos o que for necessário para levar a inflação à meta. Se aumentar os juros for necessário, nós aumentaremos.”

Esse discurso, ele explicou, foi adotado devido ao diagnóstico de que parte da desancoragem das expectativas respondia à falta de credibilidade sobre a política monetária no futuro. Por isso, a autoridade tentou começar a comunicar-se de maneira mais “coerente” e demonstrar unanimidade, afirmou.



Campos Neto afirmou que tentou se manter distante do 'barulho político' durante sua gestão no BC Foto: Gabriela Biló/Estadão

“Acho que as pessoas agora estão entendendo que, independentemente de quem esteja à frente do BC, de quem sejam os diretores, a direção está definida e nós temos uma meta. A meta é determinada pelo governo, não por nós. E nós faremos o que for necessário para cumprir a meta”, ele disse.

Veja, a seguir, os principais pontos de sua fala no evento.

BC tentou escapar dos ruídos políticos neste fim de gestão

Com o início do processo de sucessão no Banco Central dado como certo até o fim do mês, Campos Neto disse que tentou escapar dos ruídos políticos neste seu fim de gestão. Ele deixa o BC em 31 de dezembro e, ao que tudo indica, o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, será o próximo presidente da autarquia.

Campos Neto evitou falar sobre o que planeja deixar como legado à frente da instituição. “É uma pergunta muito difícil, porque é um grupo, é um esforço de grupo, então não é nada que eu fiz especificamente, eu não poderia ter feito nada sem o grupo”, considerou.

Ele citou, porém, que os encontros com os demais presidentes de BCs é algo que mereceu destaque. “Foi algo que, para mim, foi muito bom. Eu aprendi muito com eles, eu aprendi muito com as pessoas.”

Campos Neto aproveitou para enfatizar que há “um monte de barulho político” que ocorreu e que também as pessoas tentam colocar sobre o presidente da entidade.

“Eu tentei ficar longe disso (ruído político) e pensar no que são as entregas que as pessoas se lembram. Então, quanto mais pudemos entregar, mais as pessoas se lembrarão do seu trabalho. Eu tento não reagir ao barulho no curto prazo e eu tento pensar o que podemos fazer em termos de entregas.”

Esforço monetário do Brasil está em linha com o de outros países

Campos Neto ressaltou que as surpresas na economia do Brasil são mais fortes do que em outros lugares, mas que o esforço monetário doméstico está em linha com o que ocorre em outros países. Ele também disse que, quando se olha a diferença entre o juro neutro e o real, podem-se observar diferentes medidas.

“O custo monetário no Brasil é mais ou menos em linha com o de outros países, mesmo que o custo de renda seja maior, porque os outros países têm um custo de renda menor do neutro, e ao mesmo

tempo, nós temos dados mais fortes”, argumentou. “Então, quando você observa a surpresa em termos de índice econômico, os números estão saindo para comparar com o que você esperava, que é maior do que outros países, e quando você observa o custo monetário, nós somos mais ou menos na média”, continuou.

O presidente do BC também ressaltou que houve um período em que ter dados fracos era bom para o mercado, mas que agora não são mais. Segundo Campos Neto, é preciso olhar as dinâmicas locais e, nessas dinâmicas, há uma inflação e expectativas em elevação. Por isso, de acordo com ele, o Copom decidiu não dar mais um guidance sobre seus próximos passos. “Está aberto”, pontuou.

O trabalho agora, de acordo com Campos Neto, será o de observar os dados e verificar como todos esses fatores globais impactam o Brasil. Ele comentou também que o BC decidiu por não intervir no câmbio para não contaminar o mercado.

BC está muito incomodado com a desancoragem das expectativas

O Banco Central continua “muito incomodado” pelo fato de as expectativas de inflação do mercado continuarem acima da meta, afirmou Campos Neto. Ele garantiu que a desancoragem está sendo observada “muito de perto”, especialmente no que diz respeito às projeções mais longas.

“Acho que comunicamos que o Banco Central está muito incomodado pelo fato de que as expectativas estão desancoradas”, disse.

“Mesmo com a comunicação sendo transparente sobre o que tentamos fazer, ainda vemos uma parte, especialmente no prazo mais longo, que não voltou à meta”

Sobre a inflação no Brasil, Campos Neto disse que a expectativa é de números menores nas próximas leituras do IPCA, o que deve levar a taxa acumulada em 12 meses de 4,5% para um nível mais próximo de 4%. Ele reconheceu, no entanto, que há alguns “sinais que nos preocupam um pouco” na inflação de serviços, na margem, especialmente no que se relaciona ao mercado de trabalho.

Sempre que tivemos juro real menor, foi associado à melhor percepção do fiscal

A taxa real de juros do Brasil é alta na comparação com a de outros países, mas tem caído continuamente ao longo dos últimos ciclos, especialmente quando há reformas que melhoram a percepção do mercado sobre a política fiscal, disse o presidente do Banco Central.

“Sempre que tivemos ou fomos capazes de trabalhar com uma taxa real menor, normalmente isso está associado a períodos em que as pessoas têm a percepção de que o fiscal estava melhor”, afirmou.

Campos Neto citou como exemplos desses momentos a aprovação do teto de gastos e a discussão sobre o novo arcabouço fiscal, no início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele afirmou que não é papel do BC falar de política fiscal, mas lembrou que ela faz parte do tripé macroeconômico.

O presidente do BC lembrou que ainda há uma diferença grande entre as projeções do Tesouro Nacional e dos analistas do mercado para a política fiscal.

“Achamos que o governo está fazendo um grande esforço para melhorar os números, e o mercado está questionando a parte estrutural do arcabouço”

Pouco antes, ele disse que, embora o mercado tenha esperado um repique da taxa de desemprego a cada momento nos últimos meses, ela continua em tendência de queda.



Mercado vai revisar projeção de PIB de 2024 para cima de 2,5%

Economistas do mercado financeiro provavelmente vão aumentar as suas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2024 para mais do que 2,5% após a surpresa com o IBC-Br divulgado nesta sexta, afirmou o presidente do BC.

“Em termos de atividade econômica, tivemos um número muito recente, continua nos surpreendendo por cima”

“As pessoas vão revisar o crescimento do Brasil para mais do que 2,5%, parece certo agora, com o número que tivemos.”

O IBC-Br cresceu 1,37% em junho, na comparação com maio, colado ao teto das expectativas do mercado coletadas pelo Projeções Broadcast, de 1,40%. A estimativa intermediária apontava para expansão bem menor, de 0,50%.

Mercado de ações parece estar reagindo um pouco melhor agora

O mercado de ações brasileiro parece estar reagindo recentemente, depois de um período mais complicado sem ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), disse Campos Neto.

Ele afirmou que o mercado de capitais brasileiro tem se mostrado muito forte e diversificado, com uma melhora dos spreads.

Se houver desaceleração global, barra para BCs intervirem seria alta

O presidente do Banco Central avaliou que, se houver uma desaceleração global agora, a barra para as autoridades monetárias intervirem seria alta em termos da habilidade dos governos para ajudar a mitigar a recessão. Ele voltou a enfatizar, no entanto, que o BC brasileiro não vê a uma recessão muito séria à frente.

Campos Neto salientou que os gastos fiscais têm aumentado muito no mundo e que isso forma um cenário de problemas com dívidas grandes e com juros também maiores.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/08/2024

LULA DIZ QUE EDUARDO LEITE DEVE SER AGRADECIDO POR AJUDA AO RS E GOVERNADOR REBATE COBRANÇA

Presidente disse que governador do Rio Grande do Sul ‘nunca está contente’; cidades do Estado passam por reconstrução após enchentes

Por Caio Spechoto (Broadcast) e Sofia Aguiar (Broadcast)

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamou da distância que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), mantém do governo federal no processo de reconstrução do Estado depois da destruição causada pelas enchentes. O petista disse que Leite “nunca está contente”, em entrevista à Rádio Gaúcha nesta sexta-feira, 16. Após a declaração, os dois trocaram farpas em evento para anúncio da aceleração das obras do Minha Casa, Minha Vida no Estado.

Leite tenta se equilibrar entre a necessidade de obter recursos da União para reconstruir o Estado e não se aproximar de Lula a ponto de incomodar o eleitorado antipetista, que é numeroso no Rio Grande do Sul.

“Eu, às vezes, fico incomodado porque o governador nunca está contente com as coisas. O governador deveria um dia me agradecer. Dizer ‘Lula, obrigado pelo tratamento que você está dando ao Rio Grande do Sul’, porque o Rio Grande do Sul nunca foi tratado assim”, disse o presidente da República.



Lula e Eduardo Leite no Palácio do Planalto em setembro de 2023 Foto: Wilton Junior/Estadão

Lula também fez críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seu principal adversário político. “É só ver se o Bolsonaro tratou o Estado do Rio Grande do Sul com respeito. É só ver se tem um metro quadrado de obra que o Bolsonaro fez aqui”, disse Lula. É importante para o petista enfraquecer Bolsonaro nas próximas semanas e meses para tentar reduzir as votações de bolsonaristas nas eleições municipais.

“Talvez eu não tenha feito por merecer ter mais voto que o Bolsonaro, talvez eu não tenha feito por merecer. Eu tenho, então, que me preparar para fazer por merecer. Agora, eu quero que o povo avalie quanto de dinheiro já veio para cá, quantos projetos já têm aqui”, afirmou o presidente sobre ter tido menos votos que seu adversário no Estado na eleição de 2022.

Lula também defendeu a resposta do governo federal às enchentes. Disse que não está havendo demora para a entrega de casas a atingidos pelas cheias. Ele também compartilhou a responsabilidade com prefeitos e com o governador.

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os Termos de Uso e Política de Privacidade. “Não tem demora que as pessoas pensam que tem. Não se faz casa em uma semana, não é casa de papel. Se tem cidades que foram alagadas e que as casas foram alagadas, por juízo você não pode construir a casa no mesmo lugar. Precisa encontrar um novo terreno. Novo terreno é encontrado pelo prefeito, ou encontrado pelo Estado”, declarou o petista.

Ele também disse que cobra o ministro das Cidades, Jader Filho, e o ministro Paulo Pimenta, que coordena as ações federais no Rio Grande do Sul, por mais agilidade.

“O prazo não depende de uma lei, de uma MP. O prazo depende da agilidade da prefeitura, da agilidade do governo do Estado e da agilidade do governo federal. Hoje vai estar aqui o ministro das Cidades. Eu tenho cobrado deles, tenho cobrado do Pimenta, que é muito importante a gente agilizar as casas”, disse ele.

Segundo o presidente, todos aqueles que perderam casas serão atendidos pelo Minha Casa, Minha Vida. Lula disse que as moradias serão feitas com empresas brasileiras, e que elas precisam ter agilidade.

Leite rebate Lula em evento

Após a reclamação de Lula, Eduardo Leite rebateu e disse que a população gaúcha não é ingrata, mas que é de sua responsabilidade demandar do governo federal. “Temos essa característica de demandar muito, mas o povo gaúcho não é mal agradecido, não é ingrato. O povo gaúcho agradece todo apoio que recebeu, que recebeu da sociedade brasileira e que recebeu do seu governo”, disse Leite, durante anúncio da aceleração das obras do Minha Casa, Minha Vida, no Rio Grande do Sul, também nesta sexta-feira.

Leite elencou que, nos últimos anos, “as dores que o Rio Grande do Sul sofreu”, citando o atraso no pagamento de salário a servidores, a pandemia da covid-19, a seca em 2023 e as enchentes no começo deste ano. “São recorrentes os episódios que dificultam a prosperidade no nosso Estado”, disse.

“Agradecemos o apoio que são alcançados, mas também sabemos o que é de direito da nossa população, do nosso Estado”, rebateu. “Quando a gente demanda, não se trata de algo pessoal, se trata da demanda.” Segundo ele, seu cargo é como um “porta-voz” da população.

Ao agradecer o apoio dado pelo governo federal, o governador pontuou também que ainda há muita burocracia que inviabiliza que os recursos cheguem à ponta.

Lula contesta reação de Leite a sua entrevista

Também no anúncio do Minha Casa, Minha Vida, Lula contestou a reação de Leite. O petista disse não disputar com o tucano e que vai conversar com o chefe do Executivo estadual para mostrar o apoio já dado pelo governo federal ao Estado. “Eu duvido que, na história da República brasileira, houve um governo, além de Lula e Dilma (Rousseff), que cuidou do Rio Grande do Sul como nós cuidamos daqui”, disse Lula na solenidade.

“Eduardo, toda vez que você olhar para o governo federal, saiba que você tem um amigo. Eu não disputo com você. Eu não disputo popularidade com você. Eu não sou gestor, sou político”, comentou. “Nunca tive nenhum problema com nenhum governador. Trato todos com muito respeito, com muita delicadeza.”

Depois da entrevista de Lula, a qual Leite disse ter assistido, os dois chegaram juntos ao evento. No início da cerimônia, o governador foi alvo de vaias, o que fez o petista quebrar o protocolo e defendê-lo das críticas, pedindo respeito do público local.

“Eduardo, se o outro presidente da República trazia claques para te vaiar, quem está aqui são trabalhadores”, respondeu Lula. “Estou com uma relação com muitos números aqui e não vou utilizar, porque isso vai ser resultado de uma conversa minha com o governador em algum momento”, comentou.

Durante sua fala, Lula elencou alguns episódios que o governo federal já deu suporte ao Rio Grande do Sul. Segundo o presidente, a gestão federal está dando suporte à população gaúcha não só por causa das enchentes. “Quando teve seca nesse Estado (em 2023), o governo federal esteve aqui com seis ministros e duvido que, em algum momento antes, algum governo federal tivesse dado atenção para combater a seca nesse Estado.”

O chefe do Executivo federal também rebateu a fala de Leite de que alguns benefícios e promessas de suporte da gestão ainda não chegaram à ponta. “Se eu pudesse, já tinha feito todas as casas, mas não é assim que acontece, a gente não inventa casa. Já mandei olhar casa da China, da Suécia, porque quero encontrar um jeito de fazer a maior quantidade possível”, comentou.

Lula prometeu que o governo vai cuidar do Estado, mas fez ponderações. A primeira é a de que, além do Rio Grande do Sul, a gestão também precisa cuidar de mais 26 entes da federação. Outra ponderação foi sobre as enchentes.

“É verdade que choveu, mas é verdade que a cheia que deu não foi por causa da chuva, mas porque não tinham cuidado das bombas”, acusou. “Nós não estamos procurando culpados, nosso papel é ajudar.”

O presidente também respondeu sobre a economia do Estado. “Contra sua tese, de que ia cair o ICMS desse Estado, você teve uma surpresa esse mês com o crescimento do ICMS que ninguém esperava que ia acontecer”, comentou.

Diante da divergência entre os governos federal e estadual, Lula pediu para que o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, divulgue todas as ações que a gestão fez de suporte ao Estado.

Na esteira das críticas que a gestão federal vem sofrendo, o presidente também comentou as do agronegócio. “Duvido que agro mostre que em algum momento alguém trata eles com a decência que eu e a Dilma tratamos”, afirmou. “Nunca pedimos um favor e não vou pedir. Eles que falem o que quiserem, façam o que quiserem. Eu vou ajudar porque a agricultura é importante para o Brasil.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/08/2024

VALOR ECONÔMICO (SP)

SIGMA LITHIUM ELEVA RECEITA NO 2º TRIMESTRE, MAS PREJUÍZO AUMENTA COM AJUSTES CAMBIAIS

Produtora de lítio reportou receita de US\$ 45,9 milhões no período, ante US\$ 37,2 milhões no primeiro trimestre do ano, e prejuízo de US\$ 10,8 milhões

Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte



— Foto: Divulgação/Sigma Lithium

A Sigma Lithium, produtora de lítio “verde” no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, reportou no segundo trimestre receita de US\$ 45,9 milhões, ante US\$ 37,2 milhões no primeiro trimestre do ano, um crescimento de 23,4%. O resultado líquido, no entanto, foi um prejuízo de US\$ 10,8 milhões, ante um prejuízo de US\$ 6,9 milhões no primeiro trimestre do ano. A companhia acaba de completar um ano de operações. A última linha do

balanço foi impactada por US\$ 14,6 milhões em ajustes cambiais não operacionais, segundo a companhia.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de US\$ 8,6 milhões, ante US\$ 11,9 milhões no primeiro trimestre do ano.

A companhia embarcou 52.572 toneladas de concentrado de lítio ao exterior no segundo trimestre, ante 52.857 toneladas no primeiro trimestre do ano. Foram feitas duas remessas ao longo do trimestre. As vendas foram complementadas por uma transferência adicional para a Glencore de volumes no porto totalizando 17.270 toneladas no fim do trimestre.

A companhia informou que vendeu no segundo trimestre US\$ 54,4 milhões em concentrado de lítio de alta pureza, sendo que US\$ 49,5 milhões foram faturados no trimestre. O preço de venda equivalente CIF foi de US\$ 894 a tonelada. Com isso, a empresa manteve a média de 10% de prêmio nos preços no ano.

A produção no segundo trimestre totalizou 49,4 mil toneladas, ante 54,2 mil toneladas no primeiro trimestre. A diferença foi relacionada a uma pequena interrupção no circuito de britagem no mês de junho, com recuperação ao nível normal a partir de julho. A expectativa da companhia é aumentar a produção no segundo semestre, à medida que os investimentos na instalação são implementados. Para o terceiro trimestre, a empresa espera produzir cerca de 60.000 toneladas de concentrado de lítio, podendo chegar a até 68 mil no quarto trimestre.

Ana Cabral, CEO e copresidente do conselho de administração da Sigma Lithium, destacou a redução de 22% nos custos no segundo trimestre, para US\$ 424 de custo livre de impostos no embarque (FOB) por tonelada, ficando entre os custos mais baixos do setor. O custo industrial ficou em torno de US\$ 364 por tonelada. “Atingimos com seis meses de antecedência a nossa meta de redução de custos e isso não afetou em nada a nossa excelência operacional, porque conseguimos manter nossas margens mesmo com queda no preço internacional”, afirmou a executiva. A margem de venda no porto foi de 54%, a segunda maior entre os produtores de lítio, segundo a empresa.

A companhia ressaltou que diversificou os parceiros comerciais, passando a exportar para tradings e indústrias da Coreia do Sul e do Japão. Entre os novos clientes, a CEO destaca a Mitsubishi.

“Este foi o nosso primeiro ano operacional e criamos um histórico de entrega de concentrado de lítio de alta qualidade para as principais cadeias de suprimento de veículos elétricos no mundo. A cada 30 dias entregamos 22 mil toneladas. Essa consistência de embarques é que faz com que nós consigamos entrada nas cadeias de suprimento mais desejadas do mundo”, afirmou Cabral.

A companhia informou ainda que começou as obras de expansão da planta na Grota do Cirilo, no Vale do Jequitinhonha (MG). A previsão é adicionar 250 mil toneladas à capacidade produtiva da companhia. O investimento previsto para a expansão é de US\$ 100 milhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/08/2024

AQUECIMENTO GLOBAL AFETA PRODUÇÃO DE MINÉRIO NA AUSTRÁLIA

Negócio de US\$ 91 bilhões exige mineração em um dos lugares mais quentes do mundo

Por Da Bloomberg



Trem com minério de ferro explorado pela Rio tinto em Pilbara, na Austrália, onde o número de dias por ano com temperaturas extremas pode aumentar — Foto: Divulgação/Rio Tinto

Trens intermináveis com mais de 1,5 quilômetro de comprimento serpenteiam a longínqua vastidão avermelhada do Outback australiano, transportando minério de ferro, o maior produto de exportação do país, através de uma região mineradora crucial e cada vez mais vulnerável à volatilidade do clima, onde as temperaturas chegaram a igualar o recorde de 50,7°C do hemisfério Sul.

As ondas de calor do verão australiano mais recente chegaram a novos extremos na região de Pilbara, que tem cerca de duas vezes o tamanho da Espanha. Isso tem trazido complicações para uma força de trabalho de mais de 60 mil pessoas, muitas das quais operam ao ar livre em uma rede de dezenas de minas a céu aberto, usinas de processamento, ferrovias e portos. Os mineiros dizem que muitas vezes as condições são comparáveis a entrar em um forno.

Em 30 de dezembro, o calor atingiu 49,3°C em Marble Bar e igualou o recorde registrado na cidade desértica em 122 anos de observações do serviço meteorológico da Austrália. Naquele dia, uma linha ferroviária de minério de ferro próxima cedeu sob o estresse e fez um trem da Fortescue Ltd. descarrilar, tombando vários vagões de minério de ferro. Embora a tripulação não tenha se ferido, a ferrovia da empresa exportadora ficou quatro dias interrompida.

“Quando você tem esse calor e está exausto, erros acontecem e os trabalhadores correm riscos”

— *Shane Roulstone*

Produtores de metais e gás natural na região de Pilbara, assim como as comunidades locais, incluindo aborígenes australianos cujas raízes remontam pelo menos 40 mil anos, há muito tempo lidam com os riscos climáticos, enfrentando ciclones tropicais na costa noroeste, incêndios florestais frequentes e inundações repentinas.

Preparar-se para um futuro de ameaças ainda piores provocadas pelas mudanças climáticas é vital para proteger uma indústria de minério de ferro que prosperou por décadas, suprindo materiais para a produção de aço em usinas na China e no resto da Ásia, um comércio que impulsiona a economia australiana e gerou cerca de 138 bilhões de dólares australianos (R\$ 497 bilhões) em receitas de exportação no ano encerrado em 30 de junho.



“Pode ser um ambiente implacável”, disse Matthew Holcz, diretor-gerente das minas da Rio Tinto em Pilbara. “Quando olhamos para o aquecimento global sob toda uma série de cenários diferentes - em termos de emissões de carbono -, esses períodos de temperaturas extremas podem se prolongar ainda mais.”

A Rio Tinto, cuja sede fica em Londres, prevê que, no cenário pessimista para as emissões mundiais, sua operação em Gudai-Darri, quase 1.100 km a nordeste de Perth, verá o número de dias acima de 40°C dobrar para 80 por ano até meados do século, o que aumenta as preocupações quanto à saúde dos funcionários e à confiabilidade das fontes de energia e da infraestrutura elétrica.

A BHP, a mineradora de maior valor de mercado do mundo, prevê que o número de dias acima de 40°C na parte oeste de Pilbara pode aumentar para 124 por ano na década de 2070, em comparação aos atuais cerca de 54. Uma análise dos prováveis efeitos sobre mais de 140 equipamentos concluiu que esse cenário traria novos problemas para itens como cabos de transmissão e superfícies de estradas.

Embora essas análises se refiram a décadas à frente, os possíveis impactos já são relevantes para produtores de commodities, que investem bilhões de dólares em instalações mineradoras muitas vezes planejadas para operar por 40 anos ou mais. Os maiores produtores de minério de ferro da Austrália, como Rio Tinto, BHP e Fortescue, gastaram cerca de 16 bilhões de dólares australianos (cerca de R\$ 58 bilhões) em novos projetos em Pilbara nos últimos dez anos.

A proporção de ativos da BHP no mundo que corre risco diante das ondas de calor aumentará para 96% até meados do século, em comparação aos cerca de 75% em 2030, de acordo com dados sobre a exposição de ativos físicos às mudanças climáticas reunidos pela Bloomberg. Por sua vez, a exposição da Rio Tinto aumentará de 79% para 88% no mesmo período, segundo esses dados.

As temperaturas já têm impacto nas grandes mineradoras, não apenas nas minas escaldantes da Austrália, mas em outros locais áridos que abrigam recursos valiosos de metais, como o deserto do Atacama, no Chile. Cerca de 2% das doenças ocupacionais registradas pela BHP estão ligadas a estresse pelas temperaturas, segundo a empresa. Há casos isolados de fatalidades na indústria de mineração nas quais o clima teve influência.

“Sempre que você vai para fora, é como uma parede de calor”, disse Shane Roulstone, organizador nacional do setor de mineração no Sindicato dos Trabalhadores Australianos, que já esteve em locais por quase toda a região de Pilbara nos últimos dez anos. “Quando você tem esse calor e está exausto, erros acontecem e os trabalhadores correm riscos.”

Um técnico de campo de exploração de 49 anos que trabalhava para a Rio Tinto morreu em 2017 após desmaiar ao buscar novos locais de perfuração em Pilbara, de acordo com o Departamento de Energia, Minas, Regulamentação da Indústria e Segurança da Austrália Ocidental. O homem e dois colegas precisavam caminhar mais de 16 quilômetros por dia em temperaturas que provavelmente ultrapassavam 37°C e não perceberam que eram obrigados a fazer avaliações de estresse térmico.

Em 2021, a Rio Tinto foi multada em 80 mil dólares australianos (R\$ 289 mil) pelo incidente e por não garantir a segurança dos funcionários. A mineradora tinha políticas sobre as temperaturas em vigor na época e continua a desenvolver formas de responder a temperaturas extremas. Funcionários que realizam tarefas nas quais podem se deparar com alto risco de calor são monitorados diariamente para a detecção de sinais de doença, enquanto aqueles expostos a ambientes muito quentes passam por um período de aclimação antes de começar a trabalhar, segundo relatório publicado pela Rio Tinto em fevereiro.

Nas instalações de mineração em Pilbara, há zonas frescas perto das áreas de trabalho e processos para garantir que haja hidratação adequada e pausas extras para os funcionários, de acordo com Holcz, da Rio Tinto. “Também agendamos trabalhos fisicamente mais extenuantes para a noite, ou

garantimos que mais tarefas possam ser feitas em nossas oficinas, que, se não estiverem climatizadas, pelo menos terão ventiladores e estarão fora da luz solar direta”, disse Holcz.

A Fortescue tem medidas em vigor, como sensores de temperaturas ao longo de seus 760 km de ferrovias, e estuda tecnologias que permitam avaliar a hidratação dos funcionários, como testes de saliva, segundo a empresa. Mesmo diante desses desafios, a indústria de mineração continua a expandir-se em algumas das áreas mais propensas a altas temperaturas. Em janeiro de 2022, a cidade litorânea de Onslow, em Pilbara, registrou a temperatura mais quente do hemisfério Sul, igualando uma medição de 1960, em Oodnadatta, na Austrália Meridional.

Em maio, a Mineral Resources Ltd. começou a exportar o minério de ferro de uma nova mina nos arredores de Onslow. As instalações devem operar por pelo menos 30 anos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/08/2024

GOVERNO PREPARA PROJETO DE LEI ANTIMÁFIA, DIZ SECRETÁRIO

Ministério da Justiça e TSE devem agir contra candidaturas ligadas ao crime organizado
Por Mariana Assis e Fernando Exman — De Brasília



Mario Sarrubbo: “O modelo que a gente pensa é de retomada territorial de territórios conflagrados, mas um projeto que pense no dia seguinte à retomada” — Foto: Kébec Nogueira/Valor

Quando o nome de Mario Sarrubbo foi anunciado para a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em janeiro deste ano, fontes do governo logo afirmaram que a sinalização dada pelo ministro Ricardo Lewandowski era clara: haveria “linha dura” no combate ao crime organizado.

À época, Sarrubbo era procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo e ele só viria a tomar posse em março. Hoje, meses depois, o especialista em direito penal comemora o avanço de algumas de iniciativas na área. Mas também demonstra preocupação com projetos de polícia comunitária, retomada pelo Estado de territórios dominados pelo crime com uma visão socioeconômica e a implementação do uso de câmeras corporais pelas polícias.

Em entrevista ao Valor, o secretário demonstrou apreensão com o que considera um “estado pré-mafioso” e o que chama de “economia do crime”. Diante desse cenário, contou que está preparando uma proposta de “Lei Antimáfia”. Ele também revelou que a pasta trabalhará em conjunto com a Justiça Eleitoral para tentar barrar candidaturas que tenham conexão com o crime organizado.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Desde a sua posse, qual balanço é possível fazer?

Mario Sarrubbo: Os primeiros dois ou três meses foram muito mais para procurar conhecer e tentar dar passos para poder avançar. Agora que as coisas estão começando efetivamente a acontecer. Tem acontecido operações importantes, a gente tem montado redes de combate ao crime organizado e redes de combate ao tráfico de entorpecentes. Com esses movimentos, a gente tem conseguido capilarizar as informações em termos de Brasil e disparar operações nos quatro cantos. No Susp [Sistema Único de Segurança Pública], a gente também está andando bastante. Há a questão das câmeras corporais, que já tinha um andamento, e outro programa muito importante, que é uma preocupação que a gente tem, que é ter forças de segurança prestigiadas. Tem o Escuta Susp, projeto que eu considero prioritário, dado o número de problemas de saúde mental em todas as forças em termos de Brasil e até mesmo os casos extremos de suicídio de policiais. Outro projeto

que a gente considera fundamental é o de Polícia Comunitária, que está saindo para a gente difundir e fazer com que todos os Estados adotem.

Valor: Qual é a ideia?

Sarrubbo: É a polícia fazendo o papel preventivo, e não só repressivo. É o policial do bairro, que conhece as pessoas e trabalha muito a cidadania das pessoas, se aproximando da população, conhecendo os problemas e prevenindo a criminalidade através de uma região pré-determinada. Uma região que ele conhece, em que ele é conhecido e que ele tenha confiança da população. É um projeto que a gente acredita muito para melhorar a convivência da polícia com as comunidades e nas cidades como um todo. O modelo que a gente pensa de segurança pública é de retomada territorial de territórios conflagrados, mas um projeto que pense no dia seguinte à retomada.

Valor: Como se daria na prática?

Sarrubbo: Entrar com centros de cidadania nesse local, depois de ele ser retomado pelas forças policiais através de uma ação de inteligência com baixa letalidade, que prenda as lideranças e entendendo a economia do crime. É o que as pessoas precisam. Quem faz a cidadania hoje muitas vezes nesses locais é o crime organizado, são eles que vendem segurança, gerenciam luz elétrica, televisão, sinal de televisão a cabo, permitem os negócios e fazem as mediações dos conflitos. A gente precisa substituir o crime organizado e é preciso que quem substitua seja efetivamente o Estado. Operação policial por si só se faz, mas isso enxuga gelo. A comunidade continua sem o Estado, sem cidadania como antes, então ela fica vulnerável a uma nova liderança que vai assumir aquela posição.

“O melhor dos mundos é o que a gente quer: segurança com baixa letalidade”

Valor: Isso depende de articulação com Estados e municípios. Recentemente, ocorreu uma operação na cracolândia, na capital de São Paulo, em que isso parece ter ocorrido. Isso se deu nesse contexto?

Sarrubbo: Entendo que o modelo de operação que foi aplicado lá é o que eu entendo como o ideal, operação com zero letalidade e que ataca o fluxo e o financeiro da organização criminosa. O que precisa acabar em termos de Brasil é que essas operações policiais, notadamente nas comunidades, sejam feitas por impulso. Tem que entrar depois de um belíssimo trabalho de inteligência e de investigação. Sem isso, nós vamos fazer mais do mesmo: não vamos desestruturar nada, prender meia dúzia de pessoas, pouca arma, pouquinho de droga.

Valor: O senhor falou em “entender a economia do crime”. Pode por favor detalhar a sua visão a respeito desse conceito?

Sarrubbo: É superimportante a gente olhar um pouco para trás. Na década de 1980, pouco se via cocaína. Ela estava só com gente que tinha muito dinheiro. Em dado momento o crime organizado percebeu que isso era um bom negócio e se aumentou a produção. Caiu o preço, ela se popularizou e precisou ser distribuída. Nessa distribuição, foi o crescimento das facções no Brasil, como um grande entreposto. Com a globalização, isso fortaleceu essa associação das nossas facções com as facções estrangeiras. Ele [crime organizado] passou a ter muito dinheiro. E parte desse dinheiro vai para fora, mas parte precisa ser lavado dentro do Brasil, e aí entra a economia do crime.

Valor: Como?

Sarrubbo: Eles começam primeiro, quando era uma quantia muito baixa, no transporte público. Em São Paulo, por exemplo, com vans, transporte público ilegal concorrendo com as empresas de ônibus. Em um dado momento, eles perceberam [e se perguntam]: ‘Ah, mas por que a gente precisa ficar com a van? Vamos logo ganhar uma linha de ônibus, uma concessão’. Eles passaram a entrar nisso e a entender até que é possível contratar com o próprio poder público lavando dinheiro. O ramo dos combustíveis também é muito lucrativo para eles e estão envolvidos. Mais recentemente, com a facilidade que nos dá o mundo virtual, fintechs e até pequenas empresas financeiras estão sendo montadas para se levar esse dinheiro. Essa é a economia do crime, construindo imóveis e tudo mais. Isso tudo precisa ser detectado e ser objeto de um grande trabalho de inteligência. Esse é o caminho para desestruturar.



Valor: Nesse contexto, citando fintechs e outros setores, é importante também a regulação de cada um desses segmentos?

Sarrubbo: Super. Todos os agentes de Estado têm que ter esse olhar e até o Judiciário tem que ter o olhar para o crime organizado, entender qual é a lógica do crime, para muitas vezes entender como lidar com processos muitos complexos que envolvam isso. Mas, também, toda a sociedade: os empresários, ao fazerem os seus negócios, têm que ver com quem está fazendo e olhar o seu compliance interno. Temos que avançar inclusive sobre o campo legislativo.

Valor: Como assim?

Sarrubbo: A gente está pensando por aqui também em uma Lei Antimáfia. O Brasil já chega a um estado quase pré-mafioso. Tem que olhar essa outra parte, que é o comportamento do mundo privado nessas associações com as organizações criminosas, que muitas vezes acontecem muito por omissão, tipo 'não é um problema meu'. Mas é problema. É uma questão social importante, é um dever de cidadania. Às vezes o empresário está bem-intencionado, mas está negociando com o crime organizado e também não está procurando saber. Então, a gente tem que tomar cuidado, ter informação e avançar nesse sentido para que a gente crie uma consciência e encerrar o crime organizado. Valor:

Nessa questão empresarial, existe também um aspecto de defesa da concorrência.

Sarrubbo: Sem dúvidas. O empresário honesto... quando você conversa com os empresários de combustíveis, todos eles estão preocupadíssimos. Muitos empresários honestos estão sofrendo com a concorrência desleal do crime organizado.

Valor: Até por que lavar dinheiro com criptomoeada é muito difícil de detectar, por exemplo?

Sarrubbo: É muito difícil de detectar, então a gente precisa ter toda essa inteligência para entender as movimentações. A criptomoeada começa como uma boa ideia, de se facilitar o fluxo. Mas, no final das contas, o crime organizado se adapta muito facilmente às modernidades, a essa nova realidade. No mundo globalizado sem fronteiras, ele deitou e rolou. E nessa questão do mundo digital, está deitando e rolando, porque ele não tem freios. Nós temos limites, freios, nós temos a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ética e lei. O crime organizado não tem nada disso, então ele nada de braçada nesse campo e nós precisamos nos preparar muito para isso.

Valor: Mas voltando, como seria essa proposta de Lei Antimáfia?

Sarrubbo: Nós estamos estudando isso no âmbito da Senasp e queremos evidentemente trabalhar com especialistas, convidar especialistas para trabalhar conosco. Não será construída aqui dentro sozinha não, vamos chamar especialista para que a gente possa sentar e junto entendermos qual é o melhor caminho nesse campo.

“O crime vê o crime ambiental, a mineração ilegal, como de menor potencial ofensivo”

Valor: No governo e no setor produtivo apontam o projeto que tramita na Câmara dos Deputados sobre o “Devedor Contumaz” como um importante avanço nesse sentido também. O senhor concorda?

Sarrubbo: Sim. É muito importante porque tem “empresários”, entre aspas, que trabalham com essa lógica de ficar devendo e na verdade a gente sabe que há por trás disso uma organização criminosas.

Valor: Os portos também têm sido objeto de atenção?

Sarrubbo: Vou falar mais: frotas e portos. A gente precisa e tem já alguns projetos para que a gente tenha inteligência nas nossas fronteiras. É impossível que a gente tenha um policial a cada cem metros em 16 mil quilômetros de fronteira. Isso não tem como. Mas, a gente consegue ter um bloqueio e um controle maior se a gente trabalhar a inteligência das nossas fronteiras. Isso já existente, é evidente, mas queremos avançar, estruturar cada vez mais e integrando. Esse é o papel da Senasp. A gente quer dificultar a passagem da droga, do tráfico de armas, de pessoas, e assim por diante. A grande lógica é essa: quando você dificulta, vai ficando mais caro. A ideia é que o Brasil deixe de ser rota. Para isso precisa, para além desse trabalho interno, tem o trabalho externo de



conversar com os nossos vizinhos. Isso também tem sido feito. A gente tem de dificultar e encarecer o trabalho do crime.

Valor: E os portos?

Sarrubbo: O mesmo vale para os portos. A gente tem o porto de Santos, tem o Porto de Paranaguá, porto em Vitória e alguns portos do Nordeste que estão começando a ser utilizados, até pela proximidade com a Europa. Tudo isso tem que ser visto e trabalho com inteligência. A gente quer fomentar isso e criar maneiras de se integrar esse trabalho de inteligência e focar nesses portos, aeroportos e fronteiras.

Valor: Isso exigiria um efetivo maior?

Sarrubbo: Sem dúvidas. Sem pessoas e efetivos consistentes, você não vai fazer esse trabalho. Mas, para isso, precisamos sentar todos à mesa, de forma horizontal, todas as forças e polícias estabelecendo estratégias e confiança. O termo "confiança" é muito importante quando a gente fala de um trabalho de inteligência. A premissa básica de um trabalho de inteligência é uma força confiar na outra.

Valor: Já há algum estudo sobre o efetivo ideal?

Sarrubbo: A gente está trabalhando isso. Tenho uma preocupação com o efetivo das forças policiais dos Estados. A maioria dos Estados que a gente conversa está sempre com um efetivo muito abaixo do desejável. Estamos querendo fazer um trabalho aqui para entender, a partir da característica de cada Estado, qual seria o efetivo desejável. A partir daí, tentarmos através de financiamento e mecanismos para ajudar os Estados para chegar a esse efetivo. A verdade é uma só: se você quer ter segurança pública de qualidade, você precisa investir na qualidade das suas forças. E a qualidade envolve bom treinamento e bom salário, mas também um número de policiais que possam atender.

Valor: O senhor falou da economia do crime em relação a setores. Mas, e falando do ponto de vista regional, qual a radiografia que o senhor pode fazer?

A situação é delicada em todas as regiões do país e isso se tornou um tema político. Sarrubbo: A gente evidentemente tem uma preocupação muito grande com a Amazônia e acredita muito no projeto Amas [Plano Amazônia: Segurança e Soberania], que tem investimentos muito fortes no sentido de se fortalecer as redes integradas lá, com policiais, aquisições de barcos e aeronaves. Mas o principal também é o investimento em ser humano, em centros de inteligência, centro de comando e controle que possam fazer com que a Amazônia tenha um sistema que diminua todas as ilegalidades que têm acontecido naquele vasto território, como mineração ilegal e tráfico de entorpecentes. A gente quer que a Amazônia não seja mais um local de livre circulação do crime organizado. O crime organizado vê hoje a Amazônia, o crime ambiental, a mineração ilegal, como um crime de menor potencial ofensivo. Só que o crime ambiental lá é enorme. A mineração ilegal traz um prejuízo enorme, escravidão de pessoas, fora a questão da poluição e de desvios de recursos naturais do país. No Nordeste, a gente veio de algumas décadas de omissão na questão da segurança pública. É um cenário fundamental para nós. Acredito que o Nordeste já vai avançando para um patamar melhor. Tenho estado muito animado, muito embora tenha saído recentemente o anuário do Fórum Nacional de Segurança Pública. Mas esses dados são do ano passado. Para este ano, as questões já estão mudando.

Valor: Existe também uma discussão sobre a necessidade de execução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública com mais eficiência...

Sarrubbo: Esse é um foco importante. Em boa parte do Norte e Nordeste os orçamentos de segurança dependem muito do fundo. A gente encontrou um cenário de muito empoçamento e a gente desempoçou com pura e simplesmente diálogo. O objetivo é o desempoçamento, facilitar, entender as travas e destravar dentro das leis e das regras. Já desempoçamos quase R\$ 1 bilhão desde que chegamos. O dinheiro vai chegar na ponta e com bons projetos.

Valor: Algum Estado já solicitou recursos do fundo para a aquisição de câmeras corporais?

Sarrubbo: A gente está lançando um edital mostrando a intenção de comprar as câmeras. Esse é o primeiro passo. Na sequência, os Estados vão aderir. Posso dizer que a maioria, Norte e Nordeste

quase todos, já manifestaram a vontade para nós a vontade de aderir. Tem três aspectos da câmara que são muito favoráveis à questão da segurança pública. Ela qualifica a prova. Ela aumenta as prisões e apreensões, ou seja, aumenta a produtividade do policial. E num terceiro momento diminui a letalidade. Quando eu falo em letalidade, não é só a letalidade policial, mas também a morte dos policiais. É o melhor dos mundos é o que a gente quer: segurança pública com baixa letalidade.

Valor: O problema é que esse tema caiu na polarização ideológica.

Sarrubbo: Exato, mas ele está avançando. A gente está vencendo as resistências.

Valor: Falando em política, há uma preocupação de autoridades de diversas áreas com o risco do avanço do crime organizado no meio político, principalmente neste momento de eleições municipais. O senhor está acompanhando isso e tem alguma ação nesse aspecto?

Sarrubbo: Essa é uma preocupação importante. Nossa ideia é que inclusive a Senasp possa ter um papel importante na questão da informações de inteligência. Nossa ideia é estarmos muito próximos do Tribunal Superior Eleitoral, ter um link com o TSE. A gente tem muita informação aqui. O ministro vai falar com a ministra Carmen Lúcia [presidente do Tribunal Superior Eleitoral] e nós vamos estar muito próximos desse processo. Do que depender da gente, vamos entrar de cabeça nesse tema e ajudar a Justiça Eleitoral a vetar candidaturas oriundas do crime organizado dentro dos parâmetros e dentro da lei. Vamos trabalhar isso de forma muito intensa aqui, esse é um dos principais projetos do segundo semestre.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

GRUPO CHIBATÃO APOSTA EM PÍER FLUTUANTE PARA PERÍODO DE SECA NO AM

Por Danilo Oliveira Portos e logística 16/08/2024 - 20:51



Divulgação

Logística complementar, em caráter provisório, visa garantir movimentação e abastecimento de cargas e insumos para indústria e comércio do estado durante época de estiagem, entre setembro e dezembro deste ano

O grupo Chibatão investiu aproximadamente R\$ 70 milhões para montar uma estrutura provisória em Itacoatiara (AM) para o enfrentamento da seca na região amazônica. O diretor executivo da empresa, Jhony Fidelis, lembrou que a estiagem do ano passado teve forte impacto sobre a indústria e o comércio locais durante quase três meses. Ele estima que deixaram de chegar a Manaus cerca de 60 mil TEUs, considerando os principais portos da região, causando desabastecimento para os dois segmentos, com falta de itens como alimentos e medicamentos. O estado deixou de arrecadar R\$ 1,4 bilhão em tributos neste período.

O diretor destacou que o objetivo da plataforma é dar condições para que a logística no Amazonas continue funcionando, reduzindo impactos de forma a evitar o esvaziamento da economia de Manaus. Nessa época, as águas baixam e a navegação se torna desafiadora, a 10 milhas da foz do Madeira. “Se o navio não chegar a Manaus, vamos levar [a estrutura flutuante] para a região onde podemos viabilizar os projetos”, disse Fidelis à Portos e Navios.

A infraestrutura do grupo em Itacoatiara conta com píer de 277 metros de comprimento com três guindastes Post Panamax. Em Manaus, o Porto Chibatão substituiu quatro guindastes, que estão em

fase de comissionamento e devem estar operacionais neste domingo (18). “Nossa infraestrutura está montada para atender todo o mercado que deixamos de atender no ano passado”, ressaltou o diretor do grupo, que tem no portfólio clientes como Aliança, Log-In e Mercosul Line, da cabotagem, e CMA CGM, Cosco Shipping e Maersk, do longo curso.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou, em caráter especial e de emergência, a empresa Chibatão Navegação e Comércio, a realizar operações de transbordo de contêineres de navio para balsas no píer flutuante provisório, localizado fora das áreas dos terminais autorizados de sua titularidade. A autorização é limitada ao prazo máximo de 120 dias, entre setembro e dezembro de 2024. O acórdão, apreciado na 569ª reunião da diretoria colegiada, foi publicado no Diário Oficial da União da última quarta-feira (14).

Fidelis contou que, após a experiência do último ano, a mobilização foi imediata para que o quadro crítico não se repetisse. Ele lamentou que o ritmo de execução das obras de dragagens não consiga mitigar os efeitos da seca. A expectativa é que a seca deste ano seja pior que a de 2023. Dados recentes apontam que o nível do rio está 1,55m mais baixo, comparado com o ano passado. Foram 59 dias considerados críticos e, para 2024, há uma estimativa de que esse período fique entre 65 a 70 dias.

Além da Antaq, a solução do píer provisório foi discutida junto à autoridade marítima e aos órgãos ambientais, além do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da Receita Federal, das praticagens locais, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio AM).

O píer provisório contará com 277,5 metros de comprimento por 24m de largura, tornando-se um ponto de transbordo de contêineres do navio para as balsas, ancorado com poitas de 55 toneladas. Chibatão garante que a plataforma suportará as operações mesmo nas condições mais desafiadoras do Rio Amazonas, com a descarga parcial em 24 horas ou total em 48 horas.

As operações transit point, de navio para balsa, dispensam área de armazenagem. Segundo a empresa, poderão ser executados até 10 movimentos de guindaste por hora. Se a profundidade do rio não permitir a navegação segura do navio, as balsas entram em cena. O tempo de navegação por balsas do píer provisório ao Porto Chibatão, em Manaus, tem média de 24 horas. De acordo com o grupo logístico, a estrutura terá planejamento e flexibilidade operacional para que cada armador tenha sua programação semanal ajustada por ordem de chegada e conforme demanda.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 16/08/2024

SAAB BRASIL DESTACARÁ ROBÓTICA ELÉTRICA SUBAQUÁTICA NA NAVALSHORE

Por Lorena Parrilha Teixeira Especial Navalshore 16/08/2024 - 20:58



Empresa também irá expor os seus veículos de segurança naval na feira entre os dias 20 e 22 de agosto, no Rio de Janeiro

A Saab Brasil, em colaboração com o Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro, estará presente na Navalshore 2024 com o objetivo de ampliar as parcerias e fortalecer o mercado interno marítimo, em linha com as expectativas de crescimento do setor no país.

Na exposição, a Saab destacará seus veículos operados remotamente (ROVs) da família SeaEye, líderes mundiais em robótica elétrica subaquática, e a plataforma Sabertooth, que oferece capacidades autônomas de Inspeção,

Manutenção e Reparo (IMR). Além disso, a empresa apresentará o modelo Leopard, que já atua em operações de segurança naval no Brasil e foi recentemente incorporado à marinha da Espanha.

O portfólio da empresa incluirá também embarcações e plataformas autônomas, como o projeto Enforcer, baseado na lancha de combate CB90, projetada para missões especiais, patrulhamento e ações de salvamento, com potencial para atender às necessidades brasileiras, especialmente na Amazônia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/08/2024

SENADOR APRESENTA PROPOSTA DE EMENDA PARA PRESERVAR REB NA REFORMA TRIBUTÁRIA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/08/2024 - 21:44



Arquivo/Divulgação

Proposição de Omar Aziz (PSD-AM) ao PLP 68/2024 vai ao encontro de sugestões apresentadas por representantes de entidades setoriais

O senador Omar Aziz (PSD-AM) apresentou, esta semana, uma proposta de emenda ao projeto de lei complementar da Reforma Tributária (PLP 68) para preservar as atuais diretrizes do Registro Especial Brasileiro (REB). A proposição sugere, entre outros pontos, a inclusão de um dispositivo para ratificar que as atividades de construção, conservação, modernização e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB, inclusive as operações e prestações antecedentes, são equiparadas à exportação para fins de desoneração do IBS e da CBS, mantendo o disposto no marco regulatório da navegação (Lei 9.432/1997).

A emenda sugerida também fala na inserção de um dispositivo para assegurar a manutenção da modalidade embarcação do regime aduaneiro especial de Drawback, além da inclusão de dispositivo para expressamente excepcionar veículos propulsados pesados aquáticos (embarcações) da regra que admite a importação de bens de capital com desoneração do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituirão a atual matriz legal da desoneração de tributos (ICMS, IPI, Pis e Cofins).

A proposta de emenda solicita ainda a supressão do artigo 481 do atual texto do PLP, por considerá-lo incompatível com a política de desenvolvimento da marinha mercante nacional. O dispositivo dispõe sobre reduções nas alíquotas e nos benefícios fiscais, entre 2029 e 2032.

“É imperativo que a Reforma Tributária incorpore e reconheça a essencialidade do REB dentro de seu arcabouço regulatório, assegurando a manutenção dos benefícios e incentivos atualmente oferecidos às embarcações registradas a partir da exclusão e inclusão dos dispositivos sugeridos”, justificou Aziz em sua proposição.

A emenda de Aziz contou com um movimento setorial, que apresentou sugestões ao atual texto do PLP 68 na tentativa de garantir a preservação do REB. A mobilização conjunta reuniu entidades representantes de estaleiros, armadores, trabalhadores e demais segmentos da cadeia produtiva e contou com apoio da Marinha do Brasil. Integram esse grupo Sinaval, Syndarma/Abeam, CONTTMAF, CUT, FUP, além do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro e da Abani.

Na reta final para apresentação das emendas no Senado, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval, presidida pelo deputado federal Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), recebeu a adesão em peso dessas entidades, cujos associados temem ser severamente impactados pelo PLP 68. A avaliação é que, da forma como está, o texto prejudica a construção naval e a frota brasileira de



embarcações, atingindo em efeito cascata outros setores, como o agronegócio e a indústria de petróleo e gás e da energia no mar.

A expectativa dos agentes é que as propostas sejam incluídas no relatório final do PLP 68 no Senado. “É necessário ainda que o governo federal, em especial o Ministério da Fazenda, se sensibilize para que a construção naval e a bandeira brasileira sigam seu rumo de crescimento em benefício do país”, comentou uma fonte do setor que acompanha a tramitação.

Aziz, autor da emenda, entendeu que o REB, instituído pela Lei 9.432/1997, é pilar estratégico na política voltada para o desenvolvimento da marinha mercante nacional, objetivando consolidar uma infraestrutura marítima robusta e competitiva no país. O senador considera que o REB transcende o mero registro de embarcações, pois resulta na competitividade da frota brasileira, gerando milhares de empregos na cadeia produtiva da indústria naval (construção e navegação), e maior inserção do Brasil no comércio marítimo internacional.

O parlamentar também salientou que a preservação dos efeitos decorrentes do registro no REB na Emenda Constitucional 132/2023 está em linha com a própria essência da Reforma Tributária, que objetiva fomentar investimentos estruturais de longo prazo. Aziz acrescentou que a indústria naval brasileira depende da competitividade alcançada através dos incentivos delineados pelo REB.

As entidades apontaram que a inclusão de um parágrafo no PLP 68 nos momentos finais da votação na Câmara dos Deputados permite a importação de embarcações sem pagamento de CBS e IBS, afetando gravemente a competitividade da indústria naval brasileira, que já enfrenta competição predatória de polos industriais subsidiados em outros países, sobretudo na Ásia. Em termos práticos, as medidas reduzem a diferença de carga tributária entre embarcações nacionais e importadas para 11,2%, o que corresponde a um quarto da carga tributária atual, de 43%.

A proposta de emenda ressalta ainda que essa medida é insuficiente para proteger a indústria naval brasileira, especialmente considerando a extinção de incentivos fiscais como o ‘Drawback Embarcação’ e o REB. “A desoneração fiscal deve ser restrita às embarcações adquiridas de estaleiros navais brasileiros para evitar a inviabilidade da indústria nacional. Por isso, propõe-se emenda para excluir a possibilidade de importação de embarcações estrangeiras com benefício de suspensão”, pontuou o senador na proposição.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/08/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 16/08/2024